



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3700 – www.tre-sc.jus.br

PREGÃO N. 063/2022

(PAE n. 32.064/2022)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, por meio da Coordenadoria de Julgamento de Licitações, conforme art. 45, inciso IV, da Resolução TRE-SC n. 7.930, de 9 de dezembro de 2015, atendendo à solicitação da Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** para prestação de serviço de *outsourcing* de impressão na modalidade “franquia mais excedente”, incluindo a disponibilização e instalação de impressoras multifuncionais, o fornecimento de suprimentos (exceto papel), a prestação de assistência técnica e a disponibilização de sistema de gestão das impressões e das impressoras, visando atender às demandas de impressão, cópia e digitalização de documentos do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

A proposta deverá ser registrada no Sistema COMPRAS.GOV.BR, por meio do [site www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará no dia **26 de agosto de 2022, às 14 horas**, no mesmo [site](http://www.gov.br/compras).

A licitação será do tipo **MENOR PREÇO** e modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, pela Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, pelos Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, 10.024, de 20 de setembro de 2019, e 7.174, de 12 de maio de 2010, pela Instrução Normativa SLTI/MPDG n. 3, de 26 de abril de 2018, pelo Acórdão TCU n. 2.568/2021 – Plenário, pela Portaria P n. 136/2021 e pela Portaria P n. 95, de 15 de junho de 2022.

I. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no Projeto Básico / Termo de Referência, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.1.1. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Compras.gov.br (www.gov.br/compras) e as especificações constantes no Projeto Básico / Termo de Referência, deverão ser consideradas as do Projeto Básico / Termo de Referência.

1.1.2. O Projeto Básico / Termo de Referência e demais documentos poderão ser acessados no [site](http://www.tre-sc.jus.br) do TRE-SC, no seguinte endereço:

- www.tre-sc.jus.br (“Transparência / Contas Públicas / Licitações / Pregões / 2022”).

II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.1.1. Estejam credenciadas no Ministério da Economia, por meio do [site www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), órgão gestor do Sistema Eletrônico “Compras.gov.br”.



2.1.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

2.1.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata o subitem 2.1.2 seja firmada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no subitem 10.7 deste Edital.

2.1.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ressalvado o disposto no subitem 2.1.2.1.

2.2. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRE-SC, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.2.1. O TRE-SC não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

2.3. Fica vedada a participação, na presente licitação:

a) de empresa proibida de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, durante o prazo da sanção aplicada; e

b) de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

c) de empresa que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005).

2.4. O licitante que desistir do certame, deixando de enviar amostra ou qualquer documentação solicitada, seja referente à fase de julgamento de proposta ou à fase de habilitação, terá sua proposta desclassificada ou será inabilitado, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

2.4.1. Configura desistência do certame, para os fins do disposto no subitem 2.4, a solicitação de exclusão da proposta apresentada ou do lance ofertado.

III. DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.

3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRE-SC responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



IV. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este certame serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@tre-sc.jus.br.

4.1.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

4.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo Sistema Eletrônico e no sítio eletrônico deste Tribunal - www.tre-sc.jus.br - e vincularão os participantes e este Tribunal.

4.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico indicado no subitem 4.1, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

4.2.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

4.2.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo pregoeiro, nos autos do procedimento licitatório.

4.2.3. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

V. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.1.1. A etapa de que trata o subitem 5.1 será encerrada com a abertura da sessão pública.

5.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.1.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, nos termos do disposto no subitem 5.1, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.1.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.1.5. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no subitem 5.1, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de julgamento das propostas.

5.1.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.1.7. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, deverão ser encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no **prazo máximo de 2 (duas) horas** após a solicitação do pregoeiro, nos termos dos **subitens 8.1.4 e 10.5** deste Edital.

5.1.8. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

5.2. Deverá constar da proposta encaminhada pelo Sistema Compras.gov.br:

a) no campo “preço”: o preço, no VALOR TOTAL para o LOTE cotado:



LOTE ÚNICO						
Item	Descrição	A	B	C = A x B	D	E = C x D
		Impressão mensal (págs.)	Preço unitário (R\$)	Preço mensal (R\$)	Total de meses	Preço total (R\$)
1	Impressão A4 Monocromática (Dentro da Franquia)	120.000			48	
2	Impressão A4 Monocromática (Excedente à Franquia)	80.000			48	
3	Impressão A4 Policromática (Dentro da Franquia)	4.200			48	
4	Impressão A4 Policromática (Excedente à Franquia)	2.800			48	
Valor total geral para 48 meses (R\$)						

Obs.: cada impressão A3 será contabilizada como 2 (duas) impressões A4.

a.1) serão pagos os mesmos valores mensais para as franquias durante todo o contrato;

a.2) os volumes mensais de impressão (A) definidos para as impressões dentro da franquia (itens 1 e 3), representam 60% dos volumes totais estimados e serão as **franquias contratadas**, isto é, as quantidades mínimas de impressões que o TRE-SC pagará mensalmente à Contratada;

a.3) os volumes mensais de impressão (A) apresentados para as impressões excedentes às franquias (itens 2 e 4) são **meras estimativas** baseadas nos históricos de volumetria, servindo tão somente para proporcionar maior precisão à seleção da proposta mais vantajosa, bem como formalizar os preços unitários a pagar em páginas excedentes, se ocorrerem no mês;

a.4) **sob pena de desclassificação da proposta comercial**, os valores unitários cotados para as impressões excedentes à franquia **não deverão ser superiores** aos valores unitários cotados para as respectivas impressões dentro das franquias. Isso porque, como a amortização dos equipamentos já ocorreu no custo da página impressa dentro da franquia, não há justificativa para que o custo da página excedente seja maior que o praticado na franquia;

a.5) **a empresa proponente deverá fazer constar na proposta comercial a marca e o modelo dos equipamentos** que darão suporte aos serviços de impressão (multifuncionais Tipo 1, 2 e 3);

a.6) está condicionada a aceitação da proposta da licitante à compatibilidade dos requisitos técnicos dos produtos ofertados com os **critérios mínimos** definidos no subitem 3.1 do Projeto Básico / Termo de Referência;

a.7) a proposta da licitante deverá incluir catálogos/fichas técnicas do fabricante, no idioma Português ou Inglês, correspondentes aos equipamentos ofertados em sua proposta, indicando em qual página e item da documentação apresentada se encontra a comprovação do atendimento às especificações técnicas exigidas. O TRE-SC poderá diligenciar com a licitante, caso a proposta não indique algum requisito nos termos ora estabelecidos, sem que isso implique a desclassificação imediata da proposta.

b) no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”: detalhamento do objeto, quando couber, **sem alternativas**.

5.2.1. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo que **a proposta está de acordo com o Edital**.

5.2.2. Não será admitida, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, a inclusão de qualquer informação que permita identificar o autor da proposta, sob pena de desclassificação.

5.2.3. O uso da expressão “ou similar” será considerado alternativa.

5.3. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

5.4. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da Sessão Eletrônica.



5.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, seus documentos de habilitação, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo Pregoeiro.

5.7. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

VI. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

6.1. A partir do horário previsto no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta pelo pregoeiro no Sistema Eletrônico com a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.1. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

6.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

6.3.1. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

6.4. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.4.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

6.4.2. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR TOTAL** para o **LOTE** cotado.

6.4.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.

6.4.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **R\$ 1.000,00 (um mil reais)** de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.4.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.4.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.5. Nos termos do art. 33 do Decreto n. 10.024/2019, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos, considerando o modo de disputa aberto e fechado.

6.5.1. Encerrado o prazo previsto no subitem 6.5, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

6.5.2. Encerrado o prazo de que trata o subitem 6.5.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.



6.5.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 6.5.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.5.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.5.2 e 6.5.3, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

6.5.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.5.2 e 6.5.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 6.5.4.

6.5.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.5.5.

6.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, por meio do Sistema Eletrônico.

VII. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

7.1. Encerrada a etapa de lances, as **microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas** que tenham ofertado proposta superior em até 5% (cinco por cento) ao lance vencedor, poderão, na ordem de classificação, exercer o **direito de preferência previsto nos artigos 44 da Lei Complementar n. 123/2006 e 34 da Lei n. 11.488/2007**.

7.1.1. Em caso de empate entre valores apresentados por microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, que se encontrem no intervalo estabelecido neste subitem, o sistema realizará, automaticamente, sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer o direito de preferência.

7.1.2. O direito de preferência somente se aplica quando o lance vencedor não tiver sido apresentado por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.1.3. Para usufruir do direito de preferência, a empresa deverá ter providenciado o registro de sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, em campo próprio do Sistema Compras.gov.br, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei n. 11.488/2007.

7.2. Para o exercício do direito de preferência de que trata o subitem 7.1, o Sistema Eletrônico informará ao licitante que poderá enviar lance final e único para o item, inferior ao lance vencedor, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

7.2.1. Não sendo apresentado novo lance, serão convocados para ofertarem lance final e único, no mesmo prazo, os demais licitantes que possuem o direito de preferência previsto no subitem 7.1, na ordem classificatória.

7.3. Será assegurada preferência na contratação para fornecedores de bens e serviços, nos termos do art. 3º da Lei n. 8.248/1991, regulado pelo art. 5º do Decreto n. 7.174/2010, observada a seguinte ordem:

I - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

III - bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

7.3.1. As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos I, II ou III do subitem 7.3 terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.



7.3.2. Para usufruir da preferência de que trata o subitem 7.3, deverá o licitante informar, quando do registro de sua proposta, em campo próprio do Sistema Compras.gov.br, que seu produto atende os requisitos dos incisos I, II ou III do art. 5º de Decreto n. 7.174/2010.

7.3.2.1. O atendimento ao disposto no subitem 7.3.2 dar-se-á mediante a comprovação de preenchimento dos requisitos pelos 3 (três) tipos de equipamentos multifuncionais ofertados.

7.3.3. Para os efeitos do Decreto n. 7.174/2010, consideram-se bens e serviços de informática e automação com tecnologia desenvolvida no País aqueles cujo efetivo desenvolvimento local seja comprovado junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, na forma por este regulamentada, comprovado na forma do subitem 7.6 deste Edital.

7.4. O exercício do direito de preferência de que trata o subitem 7.3 será concedido após o encerramento da fase de apresentação das propostas ou lances para o objeto deste Edital, observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

I - aplicação das regras de preferência para as microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, dispostas nos subitens 7.1 a 7.2.1 deste Edital;

II - aplicação das regras de preferência previstas no subitem 7.3, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência;

III - convocação dos licitantes que estejam enquadrados no subitem 7.3, inciso I, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame;

IV - caso a preferência não seja exercida, por qualquer motivo, na forma do inciso III, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no subitem 7.3, inciso II, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o inciso III do subitem 7.3, caso esse direito não seja exercido; e

V - caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento.

7.5. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos dos subitens 7.1 e seguintes, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

7.5.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.6. Caso tenha sido exercido o direito de preferência de que trata o subitem 7.3, incisos I, II ou III, deverá ser comprovado o atendimento ao **Processo Produtivo Básico** e/ou a condição de **produto com tecnologia desenvolvida no País**, mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto n. 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto n. 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

7.6.1. A comprovação de que trata o subitem 7.6, nos termos do parágrafo único do art. 7º do Decreto n. 7.174/2010, poderá ser obtida:

- a) por meio de consulta ao *site* do Ministério da Ciência e Tecnologia (www.mct.gov.br); ou
- b) por meio de consulta ao *site* da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (www.suframa.gov.br); ou
- c) por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA ou por outro órgão ao qual seja legalmente atribuída tal competência, mediante solicitação do licitante.

7.6.2. Em sendo necessário, o Pregoeiro realizará consulta aos *sites* constantes do subitem 7.6.1, alíneas “a” e “b”, e, em não encontrando a comprovação de que trata o subitem 7.6, solicitará, via *chat*, que o licitante encaminhe o documento de que trata o subitem 7.6.1, alínea “c”, durante a Sessão Eletrônica, por meio da opção “**Enviar Anexo**” do Sistema Compras.gov.br, em **até 2 (duas) horas**, contadas da convocação do Pregoeiro, devendo ser compactado em único arquivo (.zip).

7.6.2.1. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo



remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

7.6.2.2. O não envio dos documentos mencionados na alínea “c” do subitem 7.6.1, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 7.6.2 sem que tenha sido resolvido o problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 7.6.2.1, ensejará a **DESCLASSIFICAÇÃO** da proposta.

7.6.2.3. A convocação para envio dos documentos a que se refere o subitem 7.6.2 poderá ocorrer juntamente com a convocação a ser efetuada para o envio da proposta ajustada, conforme subitem 8.1.4 deste Edital.

VIII. DO JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.1.2. Se o preço ofertado exceder o valor máximo aceitável para a presente contratação, o Pregoeiro negociará com o licitante, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.

8.1.3. O valor máximo aceitável para a contratação (planilha de custos elaborada especificamente para objeto deste certame) será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

8.1.3.1. Os valores apresentados nos Estudos Preliminares não representam o valor máximo aceitável para a presente contratação, pois espelham apenas uma estimativa de preços realizada preliminarmente pela unidade demandante.

8.1.4. A nova proposta deverá ser encaminhada no **prazo máximo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, acompanhada das informações e documentos abaixo relacionados, devidamente adequada ao último valor ofertado após a negociação de que trata o subitem 8.1, sob pena de desclassificação.

8.1.4.1. Na nova proposta, deverão constar os valores unitários dos serviços que compõem o objeto licitado, nos moldes do previsto na alínea “a” do subitem 5.2 deste Edital, bem como a **MARCA** e o **MODELO** dos equipamentos que darão suporte aos serviços de impressão (multifuncionais Tipo 1, 2 e 3), podendo ser utilizado o modelo de proposta disponível no endereço constante no subitem 1.1.2.

8.1.4.2. A nova proposta deverá incluir catálogos/fichas técnicas do fabricante, no idioma Português ou Inglês, correspondentes aos equipamentos ofertados, indicando em qual página e item da documentação apresentada se encontra a comprovação do atendimento às especificações técnicas exigidas, nos termos da subalínea “a.7” do subitem 5.2.

8.2. Encaminhada a proposta ajustada pelo licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro examiná-la-á quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação.

8.3. Restando alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante que ofertou a melhor proposta, em razão das especificações, da marca ou do modelo / código / referência (se for o caso) indicados na proposta, o Pregoeiro:

a) fixará prazo para que a empresa apresente amostra do objeto proposto ou declaração expedida pelo fabricante de que o produto cotado possui as características especificadas no Edital, ou, ainda, preste esclarecimentos complementares, como condição necessária para a sua aceitação; e

b) suspenderá a Sessão Eletrônica, fixando data e hora para reabertura.

8.3.1. Caso o licitante que ofertou a melhor proposta seja o fabricante do objeto proposto, a prova de adequação das características indicadas na proposta será feita exclusivamente por meio de apresentação de amostra.



8.3.2. As amostras deverão ser retiradas pelo licitante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de encerramento da Sessão Eletrônica.

8.3.2.1. As amostras não retiradas no prazo fixado no subitem 8.3.2 serão descartadas.

8.4. Será DESCLASSIFICADA a proposta que:

a) não contenha a marca e/ou o modelo / código / referência (se for o caso) do produto ofertado e/ou apresente alternativa de marca e/ou de modelo / código / referência; e/ou

b) contenha vícios ou ilegalidades; e/ou

c) apresente condições e/ou especificações conflitantes com as exigidas no Projeto Básico / Termo de Referência; e/ou

d) mantenha valor de item superior ao valor máximo aceitável por este Tribunal; e/ou

e) não comprove, em relação ao equipamento ofertado, o atendimento ao Processo Produtivo Básico e/ou a condição de bem com tecnologia desenvolvida no País que permitiu(iram) o exercício do direito de preferência, quando for o caso; e/ou

f) apresente preço que seja manifestamente inexequível; e/ou

g) não atenda à diligência prevista na alínea "a" do subitem 8.3.

8.4.1. Considera-se preço manifestamente inexequível aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

8.4.2. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pelo Pregoeiro, diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos:

a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

b) verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;

c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;

d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

j) estudos setoriais;

k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e

l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

8.5. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas nos Itens IX e X, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.6. Após a negociação prevista no subitem 8.1 e aceitação da melhor proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, nos termos dos Itens IX e X deste Edital.



IX. DA CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, será verificado o eventual descumprimento das vedações relacionadas no subitem 2.3, por meio de consulta:

a) ao SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e eventual infringência à hipótese prevista no subitem 2.3, alíneas “b” e “c”, e o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades que obstem à participação no certame ou a futura contratação;

b) ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.gov.br.

9.1.1. As consultas a que se refere o subitem 9.1 serão realizadas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n. 8.429/1992.

9.1.2. Constatada a existência de penalidade vigente que obste a participação da empresa licitante na licitação, o Pregoeiro procederá à sua eliminação do certame, por falta de condição de participação, reputando-a inabilitada no Sistema Compras.gov.br.

X. DA HABILITAÇÃO

10.1. A habilitação será verificada por meio de consulta on-line ao SICAF e análise da documentação especificada neste Edital.

10.1.1. Nos termos do subitem 5.1, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, concomitantemente com a proposta, os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

10.2. Para a habilitação nesta licitação, será verificada e/ou exigida documentação referente:

a) à Habilitação Jurídica de que trata o art. 28 da Lei n. 8.666/1993;

b) à Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista; e

c) à Qualificação Técnica exigida neste Edital;

d) à Qualificação Econômico-Financeira exigida neste Edital;

e) ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, cuja declaração será firmada pelo licitante, por meio do campo próprio no Sistema Compras.gov.br, disponível quando do envio da proposta, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

10.2.1. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências, nos termos dos subitens 5.1 e 10.1.1 deste Edital.

10.3. Em relação à **Qualificação Técnica**, serão exigidos:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem a capacidade técnica-operacional da licitante na prestação concomitante de serviços de *outsourcing* de impressão em um parque de, pelo menos, 51 (cinquenta e um) postos de impressão;

a.1) será aceito o somatório de atestados para comprovar a capacidade técnica-operacional, desde que reste demonstrada a execução concomitante dos serviços atestados;

a.2) somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 6 (seis) meses do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

a.3) não serão aceitos atestados de venda de equipamentos de impressão, já que o serviço de impressão corporativa (*outsourcing*) é de complexidade bastante superior, não se resumindo apenas à simples venda e entrega de produtos; e



a.4) os atestados apresentados deverão explicitar, no mínimo, a identificação da pessoa jurídica, a data de início da prestação dos serviços e a descrição dos serviços executados ou em execução. Poderá ser necessário diligenciar à pessoa jurídica indicada no Atestado de Capacidade Técnica, visando obter informações sobre os serviços prestados.

10.4. Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, serão exigidos:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura desta licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.4.1. Para ser considerado apresentado na forma da lei, o Balanço Patrimonial deverá estar chancelado pela Junta Comercial, devidamente assinado, podendo ser apresentado o Livro Diário, também registrado na Junta Comercial, ou, ainda, Balanço Patrimonial digital, acompanhado do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, na forma do disposto pelo § 3º do art. 16 da Instrução Normativa n. 3/2018 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

10.4.1.1. Para empresas regidas pela Lei n. 6.404/1976, deverá ser apresentada a publicação do Balanço Patrimonial, na forma de seu art. 176, § 1º.

10.4.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, será admitida a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

10.4.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

10.4.4. Caso as empresas apresentem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices referentes à situação financeira da empresa [Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)], deverão comprovar o capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor máximo aceitável da contratação.

10.5. Na hipótese de necessidade de envio de documentação complementar à habilitação, na forma do disposto no subitem 5.1.7, quando necessária à confirmação dos documentos exigidos neste Edital, deverá ser encaminhada por meio da opção **“Enviar Anexo”** do Sistema Compras.gov.br, **em até 2 (duas) horas**, contadas da convocação do Pregoeiro, devendo ser compactados em único arquivo (.zip).

10.5.1. Não serão aceitos documentos com indicação de **CNPJ/CPF** diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.5.1.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.5.2. O licitante convocado será responsável pela integridade e pelo conteúdo do arquivo encaminhado. Na hipótese de o arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

10.5.3. O não envio da documentação complementar a que se refere o subitem 10.5, ou o envio em desacordo com o Edital ou o decurso do prazo mencionado no subitem 10.5 sem que tenha sido resolvido o



problema de descompactação, leitura ou compatibilidade mencionado no subitem 10.5.2, ensejará a **INABILITAÇÃO** da empresa.

10.6. Na análise das condições de habilitação e da validade dos documentos comprobatórios, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

10.7. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação nesta licitação, nos termos dos Decretos n. 8.538/2015 e 10.024/2019.

10.8. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros, falhas ou omissões que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei n. 9.784/1999.

10.8.1. As omissões referidas no subitem 10.8 são aquelas que não comprometam a constatação do atendimento prévio das condições de habilitação.

10.8.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 10.8, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

XI. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

11.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.1.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no subitem 11.1, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.

11.2.1. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão quanto a ele, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente, para os procedimentos de adjudicação e homologação.

11.2.2. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 11.1, importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a **ADJUDICAR** o objeto deste certame, **POR LOTE**, ao licitante declarado vencedor, propondo à autoridade competente deste Tribunal a homologação da licitação.

XII. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

12.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;



- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

12.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;

c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

12.1.2. As sanções previstas nos subitens 12.1 e 12.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

12.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 12.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

12.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

12.2. Para os casos não previstos no subitem 12.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

12.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

12.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

12.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor estimado mensal do contrato;

12.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor estimado mensal do contrato;

12.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



12.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

12.2.2. Nos termos do Projeto Básico / Termo de Referência, são situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento do Contrato, para fins de aplicação de penalidades:

#	Infração	Classificação
1	Deixar de repor suprimentos no prazo estabelecido.	Leve
2	Deixar de realizar as manutenções preventivas no prazo estabelecido.	Leve
3	Deixar de solucionar problema/defeito no prazo estabelecido.	Média
4	Deixar de substituir equipamento com defeito recorrente no prazo estabelecido.	Grave
5	Deixar de implantar os serviços no prazo estabelecido.	Grave
6	Nos dias anteriores à Eleição, deixar de solucionar problema/defeito no prazo estabelecido.	Grave

12.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado do contrato;

b) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

c) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

12.4. As sanções estabelecidas no subitem 12.1 e na alínea “d” do subitem 12.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

12.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução do objeto deste Pregão, bem como em eventuais substituições de produtos ou em refazimento de serviços, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor estimado mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

12.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 12.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

12.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

12.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “d” do subitem 12.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

12.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

12.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

12.7.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.



12.7.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “d” do subitem 12.3 exaure-se a esfera administrativa.

XIII. DA DOTAÇÃO

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa: 3.3.90.40, Elemento de Despesa: Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ, Subitem 16 - *Outsourcing* de Impressão.

13.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.

XIV. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

14.1. O licitante vencedor ficará obrigado a:

14.1.1. fornecer o objeto proposto nas condições estipuladas na proposta e no Projeto Básico / Termo de Referência;

14.1.2. disponibilizar, instalar e configurar os equipamentos multifuncionais que darão suporte aos serviços, nos locais relacionados no Anexo II - Locais de Instalação e Prestação dos Serviços - do Projeto Básico / Termo de Referência, conforme as quantidades e os tipos definidos, e de acordo com as especificações contidas no Capítulo IV do subitem 3.1 do Projeto Básico / Termo de Referência, iniciando a prestação dos serviços dentro dos prazos de entrega, implantação e iniciação contratual definidos no subitem 1.2.1 do Anexo I - Plano de Fiscalização - do Projeto Básico / Termo de Referência;

14.1.2.1. comprovar, no momento da entrega do objeto, se for o caso, a origem do produto importado e a quitação dos tributos de importação a ela referentes, sob pena de rescisão contratual e multa;

14.1.3. substituir, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE-SC, produto que suporta os serviços a serem prestados, no qual no ato da entrega seja constatada qualquer irregularidade;

14.1.3.1. estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição de que trata o subitem 14.1.3 não interromperá a multa por atraso prevista no subitem 12.5;

14.1.3.2. em caso de substituição de produto(s), correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;

14.1.4. disponibilizar e manter sistema de gerenciamento dos equipamentos instalados e de contabilização das impressões produzidas, conforme as especificações contidas no Capítulo V do subitem 3.1 do Projeto Básico / Termo de Referência;

14.1.5. fornecer, durante toda a vigência do contrato, os insumos consumíveis (exceto papel) demandados pelas unidades usuárias dos serviços, incluindo *toners*, cartuchos, cilindros e quaisquer outros suprimentos, necessários ao funcionamento pleno dos equipamentos e dos serviços contratados, conforme as especificações contidas no Capítulo VI do subitem 3.1 do Projeto Básico / Termo de Referência;

14.1.6. realizar, no ato da implantação do serviço e em cada local instalado, a capacitação de um número mínimo de usuários finais na operação básica dos equipamentos e de seus recursos, bem como da equipe técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-SC na supervisão e operação do sistema de gerenciamento dos equipamentos e de contabilização das impressões, conforme as especificações contidas no Capítulo VII do subitem 3.1 do Projeto Básico / Termo de Referência;

14.1.7. prestar suporte e assistência técnica, remota e local, para a resolução de problemas e realização de procedimentos de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos e sistemas disponibilizados, incluindo o fornecimento das peças e materiais necessários às manutenções, conforme as especificações contidas no Capítulo VIII do subitem 3.1 do Projeto Básico / Termo de Referência;

14.1.8. manter seus funcionários, quando em serviço nas dependências do TRE-SC, devidamente identificados por crachá, devendo responder por quaisquer danos, quando estes tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a prestação dos serviços;



14.1.9. responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência da execução do objeto contratado, bem como pelos custos relativos ao deslocamento e estada de seus profissionais, caso existam;

14.1.10. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto do contrato;

14.1.11. manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer dado pessoal de usuários ou de terceiros a que tiver acesso em razão da execução dos serviços de assistência técnica, executando o objeto em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

14.1.12. observar o estabelecido na Lei n. 12.305/2010, especialmente no que diz respeito a implementação de sistema de logística reversa;

14.1.13. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRE-SC;

14.1.14. não ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005);

14.1.15. não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

14.1.16. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC; e

14.1.17. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 063/2022.

XV. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário, após a entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, que será conferida e atestada pelo setor competente, desde que não haja fator impeditivo imputável ao licitante vencedor.

15.1.1. Caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Apoio Administrativo, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos serviços contratados.

15.1.2. O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços.

15.1.3. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

15.1.4. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

15.1.5. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

15.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.



15.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

15.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRE-SC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRE-SC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

15.5. Se ocorrer atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

I = 0,0001644.

XVI. DO CONTRATO

16.1. Será firmado contrato com o licitante vencedor que terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto n. 10.024/2019.

16.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão, independentemente de transcrição.

16.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.3.1. O Contrato deverá ser assinado de forma eletrônica, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, no prazo indicado no subitem 16.3.2.

16.3.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas neste Edital ou se recusar a assinar o contrato, no prazo de até 3 (três) dias úteis, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades aludidas no Item XII deste Edital.

16.4. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

XVII. DA RESCISÃO

17.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

17.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas "b" ou "c" do subitem 12.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas no subitem 12.2.1.4 e na alínea "d" do subitem 12.3.



XVIII. DO REAJUSTE

18.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

18.2. Para efeito de reajustamento, os índices iniciais a serem considerados serão os da data de apresentação da proposta.

XIX. DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

19.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor, e serão exercidos por meio do **Gestor da Contratação**, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Apoio Administrativo do TRE-SC (SADM), ou seu substituto, ou seu superior imediato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

19.2. O Gestor terá autoridade para:

a) solicitar a imediata retirada de qualquer membro da equipe da Contratada que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às orientações do Gestor do Contrato, não implicando em modificações de prazo ou de condições contratuais;

b) exigir o cumprimento de todos os itens especificados;

c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços;

d) esclarecer dúvidas ou solucionar omissões eventualmente constatadas durante a execução; e

e) determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRE-SC.

19.3. À gestão do contrato, além das atribuições previstas na legislação, incumbe ainda:

a) acompanhar a prestação dos serviços e a alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento dos trabalhos, mantendo registro de ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando todas as ações necessárias para a sua execução e regularização das faltas ou defeitos;

b) exigir o cumprimento de todos os itens das especificações constantes desta contratação e impugnar todos os trabalhos que não satisfizerem as exigências contratuais e normativas, ficando a Contratada obrigada a desmanchá-los e refazê-los, correndo por sua exclusiva conta as despesas correspondentes;

c) requisitar as providências de responsabilidade do TRE-SC para viabilizar o funcionamento dos equipamentos, como pontos de rede lógica e de energia elétrica, no que for o caso;

d) acompanhar e manter os relatórios que evidenciam a leitura mensal do volume impresso pelos equipamentos em produção e a realização das manutenções preventivas periódicas; e

e) instruir processo administrativo para pagamento das faturas atestadas, devendo estar acompanhadas do relatório mensal de volumetria de produção, sem rasuras.

19.4. O acompanhamento de que trata o subitem 19.1 não exime o licitante vencedor de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto contratado.

XX. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.



20.2. O CNPJ do estabelecimento que participar do certame, matriz/sede ou filial, deverá ser o mesmo a constar no contrato e nas Notas Fiscais/Faturas emitidas, quando do fornecimento do objeto contratado. Dessa forma, não será admitida a emissão de Notas Fiscais/Faturas por CNPJ de estabelecimento diverso daquele participante da Licitação.

20.3. O objeto deste Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões, em conformidade com o art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

20.4. A autoridade competente para homologar o presente certame poderá revogá-lo somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

20.5. O Pregoeiro, durante a Sessão Pública, não efetuará qualquer contato com os licitantes que não seja no âmbito do Sistema Eletrônico "Compras.gov.br".

Florianópolis, 9 de agosto de 2022.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke
Coordenadora de Julgamento de Licitações



MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato para prestação de serviços de impressão corporativa (“outsourcing de impressão”) na modalidade “franquia de páginas mais excedente”, incluindo a disponibilização e instalação de impressoras multifuncionais, o fornecimento de suprimentos (exceto papel), a prestação de assistência técnica e a disponibilização de sistema de gestão das impressões e das impressoras, visando atender às demandas de impressão, cópia e digitalização de documentos do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, autorizado pelo Senhor _____, Secretário de Administração e Orçamento, na fl. ____ do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 32.064/2022 (Pregão n. 063/2022), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa _____, em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com a Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, 10.024, de 20 de setembro de 2019, e 7.174, de 12 de maio de 2010, com a Instrução Normativa SLTI/MPDG n. 3, de 26 de abril de 2018, com o Acórdão TCU n. 2.568/2021 – Plenário, com a Portaria P n. 136/2021 e com a Portaria P n. 95, de 15 de junho de 2022.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor _____, inscrito no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado em _____/SC e, de outro lado, a empresa _____, estabelecida na _____, telefone _____, e-mail _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) seu (sua) _____, Senhor(a) _____ inscrito(a) no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado(a) _____, tem entre si ajustado Contrato para prestação de serviços de impressão corporativa (“outsourcing de impressão”) na modalidade “franquia de páginas mais excedente”, incluindo a disponibilização e instalação de impressoras multifuncionais, o fornecimento de suprimentos (exceto papel), a prestação de assistência técnica e a disponibilização de sistema de gestão das impressões e das impressoras, visando atender às demandas de impressão, cópia e digitalização de documentos do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com a Resolução n. 7, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, com os Decretos n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, 10.024, de 20 de setembro de 2019, e 7.174, de 12 de maio de 2010, com a Instrução Normativa SLTI/MPDG n. 3, de 26 de abril de 2018, com o Acórdão TCU n. 2.568/2021 – Plenário, com a Portaria P n. 136/2021, com a Portaria P n. 95, de 15 de junho de 2022, e com o Pregão n. 063/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviços de impressão corporativa (“outsourcing de impressão”) na modalidade “franquia de páginas mais excedente”, de acordo com as **especificações técnicas mínimas descritas neste instrumento contratual**, incluindo a disponibilização e instalação de impressoras multifuncionais, o fornecimento de suprimentos (exceto papel), a prestação de assistência técnica e a disponibilização de sistema de gestão das impressões e das impressoras, visando atender às demandas de impressão, cópia e digitalização de documentos do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, conforme especificado a seguir:



a) disponibilização em regime de comodato e instalação de 154 (cento e cinquenta e quatro) equipamentos multifuncionais “Tipo 1”, com as **características técnicas mínimas descritas neste contrato**;

b) disponibilização em regime de comodato e instalação de 1 (um) equipamento multifuncional “Tipo 2”, e de 2 (dois) equipamentos multifuncionais “Tipo 3”, com as **características técnicas mínimas descritas neste contrato**;

c) disponibilização de sistema informatizado para gestão dos equipamentos e contabilização das impressões, a ser instalado no ambiente interno da contratante (“on-premise”), incluindo *hardware*, *software* e licenças necessárias;

d) assistência técnica remota e local para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos disponibilizados, incluindo o fornecimento de peças de reposição e a substituição de componentes e equipamentos;

e) fornecimento de suprimentos (exceto papel) demandados durante todo o período contratado, incluindo *toners*, cartuchos, cilindros e outros insumos consumíveis necessários ao funcionamento pleno dos equipamentos; e

f) capacitação de usuários finais e da equipe técnica, quanto à operação das multifuncionais e ao uso do sistema de gestão dos equipamentos e de contabilização das impressões.

1.1.1. **Equipamento TIPO 1:** impressora multifuncional monocromática A4, **marca** _____, **modelo** _____;

Quantidade: 154 (cento e cinquenta e quatro) unidades.

1.1.2. **Equipamento TIPO 2:** impressora multifuncional monocromática A4, **marca** _____, **modelo** _____;

Quantidade: 1 (uma) unidade.

1.1.3. **Equipamento TIPO 3:** impressora multifuncional policromática A3, **marca** _____, **modelo** _____;

Quantidade: 2 (duas) unidades.

1.2. Especificação Técnica Detalhada - Requisitos Técnicos e Operacionais

CAPÍTULO I. INFORMAÇÕES GERAIS

1.2.1. Os equipamentos multifuncionais **Tipo 1** serão instalados em diversas unidades da Sede do TRE-SC, bem como em diversos cartórios eleitorais localizados em várias cidades catarinenses em todas as regiões do Estado de Santa Catarina (vide locais e endereços constantes no **Anexo I** deste contrato);

1.2.2. Os equipamentos multifuncionais **Tipo 2** e **Tipo 3** serão instalados na Reprografia, setor especializado na operação de serviços de impressão, reprodução e digitalização de documentos a usuários internos e externos da Justiça Eleitoral catarinense, localizada no Prédio Anexo I da Sede do TRE-SC, em Florianópolis/SC;

1.2.3. É de responsabilidade da contratada a disponibilização de todos os itens que contemplam a prestação do serviço de *outsourcing* de impressão contratado, o que inclui:

1.2.3.1. A disponibilização, instalação e configuração de **equipamentos multifuncionais novos e de primeiro uso**, nos locais, nas quantidades e nas especificações contidas no **Capítulo IV**;

1.2.3.2. A disponibilização de **sistema de gerenciamento** dos equipamentos e de **contabilização das impressões produzidas**, incluindo a instalação e configuração nos ambientes do TRE-SC, bem como todo o *hardware*, *software* e licenciamento necessários, conforme as especificações contidas no **Capítulo V**;

1.2.3.3. O fornecimento dos insumos consumíveis (exceto papel) demandados pelo TRE-SC durante todo o período contratado, incluindo *toners*, cartuchos, cilindros e outros suprimentos necessários ao funcionamento pleno dos equipamentos, conforme as especificações contidas no **Capítulo VI**;

1.2.3.4. A capacitação de usuários finais e da equipe técnica de supervisão dos serviços, na operação dos equipamentos e do sistema de controle de gerenciamento, conforme as especificações contidas no **Capítulo VII**; e

1.2.3.5. O suporte e a assistência técnica remota e presencial para a resolução de problemas e realização de procedimentos de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos disponibilizados,



incluindo o fornecimento das peças e materiais necessários às manutenções, conforme as especificações contidas no **Capítulo VIII**.

CAPÍTULO II. FRANQUIA CONTRATADA E VOLUMETRIA ESTIMADA

1.2.4. A modalidade de *outsourcing* de impressão a ser contratada é a conhecida no mercado como “Franquia de Páginas mais Excedente”;

1.2.5. As franquias mensais por tipo de impressão contratadas são as seguintes:

Tipo de impressão	Franquia mensal contratada (páginas/mês)
Impressão monocromática A4	120.000
Impressão policromática A4	4.200

1.2.5.1. As franquias por tipo de impressão serão globais e compartilhadas por todos os equipamentos, independentemente do tipo de equipamento. Assim, a impressão monocromática realizada em equipamento policromático (multifuncional Tipo 3) será considerada impressão monocromática;

1.2.5.2. Deverá ser possível a contabilização, separadamente, das impressões monocromáticas e policromáticas nos equipamentos disponibilizados, quando houver presentes ambos os tipos de impressão no mesmo equipamento;

1.2.5.3. Cada impressão A3 será contabilizada como 2 (duas) impressões A4;

1.2.6. Os volumes de impressão estimados são os seguintes:

Tipo de impressão	Volume mensal estimado (páginas/mês)	Excedente à franquia estimado (páginas/mês)
Impressão monocromática A4	200.000	80.000
Impressão policromática A4	7.000	2.800

CAPÍTULO III. PAGAMENTO E COMPENSAÇÃO SEMESTRAL DA FRANQUIA

1.2.7. Será realizado o pagamento mensal fixo de uma quantidade de páginas, monocromáticas ou policromáticas, denominadas “franquias”, a que o TRE-SC terá direito de produzir mensalmente, por meio de equipamentos multifuncionais disponibilizados por comodato pela empresa contratada;

1.2.7.1. Considera-se como página efetivamente impressa para efeitos de contagem, a impressão em um dos lados de uma folha, com qualidade e sem falhas na impressão, não sendo permitida a cobrança da função de digitalização;

1.2.7.2. Nos casos de configuração de impressão de múltiplas páginas de um documento em apenas uma folha de papel (por exemplo, impressões em formato de livreto ou miniaturas), será contabilizada apenas uma impressão efetiva por cada lado de folha impressa, e não a quantidade de páginas do documento;

1.2.7.3. A contabilização de páginas efetivamente impressas será sempre realizada através do contador interno de cada equipamento, função que obrigatoriamente deve estar disponível na solução do serviço contratado;

1.2.7.4. Nos equipamentos policromáticos, deverá haver a contabilização distinta entre páginas impressas monocromáticas (em preto e branco) e policromáticas (em cores), sendo que as impressões monocromáticas realizadas nestes equipamentos deverão ser consideradas como impressão monocromática;

1.2.8. Além do valor mensal fixo relativo às franquias contratadas, será realizado o pagamento eventual e variável, da quantidade de páginas produzidas no mês que exceder a respectiva franquia contratada;

1.2.8.1. A cobrança de cópias excedentes dar-se-á somente quando a soma do volume impresso por todos os equipamentos ultrapassar a franquia contratada global compartilhada;



1.2.8.2. O TRE-SC poderá exceder a franquia mensal contratada, sendo que **o custo da página impressa excedente (monocromática e policromática) não poderá ser superior ao respectivo custo da página impressa dentro da franquia;**

1.2.9. A cada mês, para fins de faturamento, deverá haver a apuração mensal do saldo (diferença entre a franquia mensal contratada e o volume produzido no mês). Se o saldo do mês for positivo (ou seja, de créditos), deverá ser pago o valor da franquia mensal. Caso o saldo seja negativo (ou seja, de excedente), o TRE-SC pagará a franquia mensal acrescida do valor excedente gerado no respectivo mês;

1.2.10. Semestralmente, será avaliada a aplicabilidade de compensação financeira (desconto) no valor da fatura do último mês do semestre devido ao pagamento de páginas excedentes durante o período. Assim, haverá a compensação financeira na fatura do último mês de cada semestre contratual quando:

a) tiver havido pagamento de páginas excedentes mensais no período, mas o volume total produzido no semestre for menor que a soma das franquias mensais. Nesse caso, será deduzido do valor da última fatura o valor total pago em excedentes no período;

b) tiver havido pagamento de páginas excedentes mensais no período e o volume total produzido no semestre for maior que a soma das franquias mensais. Nesse caso, será deduzido do valor da última fatura a diferença entre o valor total pago em excedentes no período e o valor da produção excedente semestral;

1.2.10.1. Somente haverá compensação da fatura do último mês de cada semestre contratual quando tiver havido pagamento excedente de páginas impressas além da franquia mensal durante o respectivo período;

1.2.10.2. Caso o valor calculado da redução resulte maior que o valor do último mês do semestre contratual, deverá ser emitida uma Guia de Recolhimento da União (GRU) para que o fornecedor efetue a devida compensação financeira da diferença em favor do TRE-SC;

1.2.11. Para cada franquia contratada, será utilizada a planilha modelo apresentada no Anexo II deste Contrato, para fins de cálculo da redução devida (compensação financeira) e do novo valor a pagar na fatura do último mês do semestre contratual.

CAPÍTULO IV. EQUIPAMENTOS MULTIFUNCIONAIS

1.2.12. A quantidade de equipamentos a ser disponibilizada pela Contratada será a seguinte:

Tipo Equipamento	Descrição básica	Quantidade de equipamentos
Multifuncional Tipo 1	Impressora Multifuncional Monocromática A4	154
Multifuncional Tipo 2	Impressora Multifuncional Monocromática A4	1
Multifuncional Tipo 3	Impressora Multifuncional Policromática A3	2

1.2.13. A Contratada deverá disponibilizar os equipamentos multifuncionais na quantidade, locais e prazos estabelecidos neste Contrato;

1.2.14. A marca e o modelo dos equipamentos que darão suporte aos serviços de impressão contratados constam relacionados nas subcláusulas 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3;

1.2.15. **Os produtos disponibilizados deverão ser novos e de primeiro uso;**

1.2.16. Os equipamentos disponibilizados deverão possuir as características técnicas mínimas descritas neste capítulo, bem como possuir configuração e desempenho adequados à plena utilização dos produtos e dos serviços contratados, sem apresentar lentidão ou comportamento que inviabilize a execução de funções ou recursos suportados;

1.2.17. Os equipamentos disponibilizados deverão estar em conformidade técnica com requisitos de segurança e compatibilidade eletromagnética;

1.2.18. Os equipamentos disponibilizados não deverão utilizar, em sua fabricação, substâncias perigosas ao meio ambiente, em concentrações acima das recomendadas pela Diretiva *RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)*;



1.2.19. Deverão ser disponibilizados pela empresa contratada quaisquer outros equipamentos e acessórios eventualmente necessários à instalação e ao funcionamento dos equipamentos multifuncionais na infraestrutura do Tribunal, tais como transformadores de tensão, estabilizadores, adaptadores, cabos, etc.;

1.2.19.1. Caberá ao TRE-SC apenas o provimento das tomadas de alimentação elétrica e lógica de rede com conector RJ-45, próximas do local definido pelo TRE-SC para instalação de cada equipamento multifuncional;

1.2.20. O envio, a instalação e as necessárias configurações dos equipamentos serão de inteira responsabilidade da empresa contratada;

1.2.20.1. Tais procedimentos deverão ser previamente combinados e agendados com os responsáveis das unidades usuárias e com o Gestor deste Contrato;

1.2.21. A Contratada deverá disponibilizar previamente à equipe técnica do TRE-SC, para homologação, os *drivers* e/ou outros componentes de *software* necessários ao funcionamento dos equipamentos. A instalação de tais componentes nas estações de trabalho dos usuários será realizada somente pelo TRE-SC, segundo seus próprios procedimentos de implementação (*deploy*), tempestivamente ao início das instalações dos equipamentos pela Contratada;

MULTIFUNCIONAL TIPO 1

1.2.22. Dada a quantidade de equipamentos a ser disponibilizada e mantida, a Contratada deverá executar este contrato **com 1 (um) único modelo de equipamento multifuncional Tipo 1** proposto para toda a quantidade a ser disponibilizada, visando não onerar a capacitação dos usuários e das equipes técnicas de suporte e de gestão;

1.2.22.1. Durante a execução contratual, em caso comprovado de indisponibilidade superveniente no mercado, a Contratada poderá, em comum acordo e sem qualquer ônus adicional ao TRE-SC, fornecer modelo distinto de impressora multifuncional para atender eventual necessidade de substituição de algum equipamento defeituoso, desde que o novo modelo proposto atenda plenamente aos requisitos técnicos ora exigidos e possa ser controlado pelo mesmo sistema de gestão do parque original e em produção no ambiente tecnológico;

1.2.23. Os **equipamentos multifuncionais Tipo 1** deverão possuir as seguintes **características técnicas mínimas**:

CATEGORIA

01. Impressora Multifuncional Monocromática A4, com funções de impressão, cópia e digitalização de documentos;

IMPRESSÃO

02. Impressão monocromática preta por tecnologia eletrofotográfica a seco (*laser*, LED ou equivalente). Não serão aceitas impressoras tipo “jato de tinta”;

03. Velocidade de impressão de 32 ppm (trinta e duas páginas por minuto), considerando impressão no modo Normal/Padrão (“qualidade *laser*”), em um único lado de papel comum A4/Carta;

04. Resolução de 600x600 dpi;

05. Impressão em frente e verso (“*duplex*”) automática;

06. Impressão direta de documentos PDF a partir de dispositivo de armazenamento tipo *pendrive* conectado na porta USB da multifuncional;

07. Recurso de impressão segura, por meio da impressão apenas após a liberação do usuário no painel da impressora, para proteção de documentos sigilosos;

CÓPIA

08. Resolução de 600x600 dpi;

09. Redução e ampliação do documento de 25 a 400%;

010. Cópia em frente e verso (“*duplex*”) automática pelo ADF com passagem única;



DIGITALIZAÇÃO

011. Digitalizações monocromáticas e coloridas;

012. Digitalização para arquivo de formato JPEG, TIFF, PDF, PDF/A e PDF Pesquisável gerado por *software* de OCR - Reconhecimento Ótico de Caracteres, no idioma Português, licenciado e embarcado (nativo) no próprio equipamento multifuncional, **não sendo aceito o uso de qualquer *software* OCR externo em computador ou servidor para geração do PDF Pesquisável;**

013. Envio do arquivo digitalizado para a porta USB, para *e-mail* e para pasta da rede;

CARACTERÍSTICAS GERAIS

014. Base/mesa plana em vidro para digitalização de documentos de tamanho “A4”;

015. Alimentador automático de documentos (ADF) com capacidade para 50 (cinquenta) folhas A4 75 g/m², com tecnologia de *duplex* automático de passagem única (DADF);

016. Porta RJ-45 para *interface* de comunicação de rede padrão *Ethernet* (10/100 Base-TX ou superior) compatível com rede *Gigabit Ethernet* (1000 Base-T);

017. Porta USB 2.0 ou superior, para recursos de origem de impressão e destino de digitalização;

018. Bandeja de entrada de papel padrão com capacidade para 250 (duzentas e cinquenta) folhas A4 75 g/m²;

019. Bandeja multiuso com capacidade para 50 (cinquenta) folhas A4 75 g/m²;

020. Bandeja de saída com capacidade para 150 (cento e cinquenta) folhas A4 75 g/m²;

021. Compatível com sistema operacional *Microsoft Windows* 10 e *Linux*;

022. Suporte aos protocolos TCP/IP, DHCP, IPP e SNMP v2c;

023. Nível de ruído máximo em impressão: 58 dBA;

024. Volume mensal recomendado pelo fabricante (máximo): 3.000 impressões;

025. Estar em linha de produção pelo fabricante.

MULTIFUNCIONAL TIPO 2

1.2.24. O equipamento multifuncional Tipo 2 deverá possuir as seguintes **características técnicas mínimas**:

CATEGORIA

01. **Impressora Multifuncional Monocromática A4**, com funções de impressão, cópia e digitalização de documentos;

IMPRESSÃO

02. Impressão monocromática preta por tecnologia eletrofotográfica a seco (*laser*, LED ou equivalente). Não serão aceitas impressoras tipo “jato de tinta”;

03. Velocidade de impressão de 45 ppm (quarenta e cinco páginas por minuto), considerando impressão no modo Normal/Padrão (“qualidade *laser*”), em um único lado de papel comum A4/Carta;

04. Resolução de 600x600 dpi;

05. Impressão em frente e verso (“*duplex*”) automática;

06. Impressão direta de documentos PDF a partir de dispositivo de armazenamento tipo *pendrive* conectado na porta USB da multifuncional;

CÓPIA

07. Resolução de 600x600 dpi;

08. Redução e ampliação do documento de 25 a 400%;

09. Cópia em frente e verso (“*duplex*”) automática pelo ADF com passagem única;



DIGITALIZAÇÃO

010. Digitalizações monocromáticas e coloridas;

011. Digitalização para arquivo de formato JPEG, TIFF, PDF, PDF/A e PDF Pesquisável gerado por *software* de OCR - Reconhecimento Ótico de Caracteres, no idioma Português, licenciado e embarcado (nativo) no próprio equipamento multifuncional, **não sendo aceito o uso de qualquer *software* OCR externo em computador ou servidor para geração do PDF Pesquisável;**

012. Envio do arquivo digitalizado para a porta USB, para *e-mail* e para pasta da rede;

CARACTERÍSTICAS GERAIS

013. Base/mesa plana em vidro para digitalização de documentos de tamanho “Ofício”;

014. Alimentador automático de documentos (ADF) com capacidade para 100 (cem) folhas Ofício 75 g/m², com tecnologia de *duplex* automático de passagem única (DADF);

015. Porta RJ-45 para *interface* de comunicação de rede padrão *Ethernet* (10/100 Base-TX ou superior) compatível com rede *Gigabit Ethernet* (1000 Base-T);

016. Porta USB 2.0 ou superior, para recursos de origem de impressão e de destino da digitalização;

017. Bandeja de entrada de papel padrão com capacidade para 500 (quinhentas) folhas Ofício 75 g/m²;

018. Bandeja multiuso com capacidade para 100 (cem) folhas A4 75 g/m²;

019. Bandeja de saída com capacidade para 250 (duzentas e cinquenta) folhas Ofício 75g/m²;

020. Compatível com sistema operacional *Microsoft Windows* 10 e *Linux*;

021. Suporte aos protocolos TCP/IP, DHCP, IPP e SNMP v2c;

022. Nível de ruído máximo em impressão: 70 dBA;

023. Volume mensal recomendado pelo fabricante (máximo): 8.000 impressões;

024. Estar em linha de produção pelo fabricante.

MULTIFUNCIONAL TIPO 3

1.2.25. Os dois equipamentos multifuncionais Tipo 3 a serem disponibilizados deverão ser da mesma marca e do mesmo modelo, a fim de otimizar o suporte técnico, a gestão dos insumos e a capacitação dos operadores envolvidos;

1.2.26. Os equipamentos multifuncionais Tipo 3 deverão possuir as seguintes características técnicas mínimas:

CATEGORIA

01. Impressora Multifuncional Policromática A3, com funções de impressão, cópia e digitalização de documentos;

IMPRESSÃO

02. Impressão monocromática (preta) e colorida por tecnologia eletrofotográfica a seco (*laser*, LED ou equivalente). Não serão aceitas impressoras tipo “jato de tinta”;

03. Velocidade de impressão colorida de 30 ppm (trinta páginas por minuto), considerando impressão no modo Normal/Padrão (“qualidade *laser*”), em um único lado de papel comum A4/Carta;

04. Resolução de 1200 x 1200 dpi;

05. Impressão em frente e verso (“duplex”) automática;

06. Impressão direta de documentos PDF a partir de dispositivo de armazenamento tipo *pendrive* conectado na porta USB da multifuncional;

CÓPIA

07. Resolução de 600x600 dpi;

08. Redução e ampliação do documento de 25 a 400%;



09. Cópia em frente e verso (“duplex”) automática pelo ADF com passagem única;

DIGITALIZAÇÃO

010. Digitalizações monocromáticas e coloridas;

011. Digitalização para arquivo de formato JPEG, TIFF, PDF, PDF/A e PDF Pesquisável gerado por *software* de OCR - Reconhecimento Ótico de Caracteres, no idioma Português, licenciado e embarcado (nativo) no próprio equipamento multifuncional, **não sendo aceito o uso de qualquer *software* OCR externo em computador ou servidor para geração do PDF Pesquisável;**

012. Envio do arquivo da digitalização para porta USB, para *e-mail* e para pasta da rede;

CARACTERÍSTICAS GERAIS

013. Base/mesa plana em vidro para digitalização de documentos de tamanho A3;

014. Alimentador automático de documentos (ADF) com capacidade para 100 (cem) folhas Ofício 75 g/m², com tecnologia de *duplex* automático de passagem única (DADF);

015. Porta RJ-45 para *interface* de comunicação de rede padrão *Ethernet* (10/100 Base-TX ou superior) compatível com rede *Gigabit Ethernet* (1000 Base-T);

016. Porta USB 2.0 ou superior, para recursos de origem de impressão e de destino da digitalização;

017. 2 (duas) bandejas de entrada de papel padrão com capacidade para 500 (quinhentas) folhas A3 75 g/m²;

018. Bandeja de saída com capacidade para 250 (duzentas e cinquenta) folhas;

019. Compatível com sistema operacional *Microsoft Windows* 10 e *Linux*;

020. Suporte aos protocolos TCP/IP, DHCP, IPP e SNMP v2c;

021. Nível de ruído máximo em impressão: 70 dBA;

022. Volume mensal recomendado pelo fabricante (máximo): 8.000 impressões;

023. Estar em linha de produção pelo fabricante.

CAPÍTULO V. DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO E CONTABILIZAÇÃO DAS IMPRESSÕES

1.2.27. A Contratada deverá disponibilizar e manter sistema de gerenciamento dos equipamentos e de contabilização das impressões (“sistema”), devidamente licenciado e hospedado no ambiente do TRE-SC, destinado ao gerenciamento dos equipamentos e à contabilização das páginas impressas, de modo a subsidiar o **relatório dos serviços prestados** a ser encaminhado ao Gestor do Contrato, **mensalmente**, juntamente à fatura de prestação de serviços, para verificação e atesto;

1.2.27.1. Os valores referentes à cobrança do sistema informatizado devem estar embutidos e inclusos dentro dos valores de franquia contratada, não sendo permitida qualquer cobrança adicional pelo uso dos sistemas disponibilizados;

1.2.28. O sistema poderá ser composto por um ou mais *softwares*, aplicações e recursos tecnológicos (por exemplo, uma aplicação para controle e contabilização das impressões, e outro *software* para gestão e configuração das impressoras);

1.2.29. O sistema terá acesso à rede corporativa interna do TRE-SC na qual serão conectadas as multifuncionais, mas **não deverá haver acesso/login ao sistema por qualquer agente externo à rede do Tribunal para operação dos serviços**, precisamente para garantir os requisitos de segurança da instituição;

1.2.29.1. **A Contratada somente terá acesso ao sistema por meio presencial às dependências do TRE-SC**, e sob autorização e acompanhamento de equipe técnica da Contratante;

1.2.29.2. Em caráter excepcional sob demanda do TRE-SC e somente para fins de suporte técnico ao sistema, poderá ser concedido acesso remoto, mediante prévia aprovação e autorização da equipe técnica do TRE-SC, que acompanhará e supervisionará os procedimentos de acesso e de suporte realizados;

1.2.30. **Caso o sistema exija a alocação de quaisquer equipamentos, hardwares e softwares, estes deverão ser fornecidos pela Contratada**, que deverá providenciar a instalação em ambiente definido pelo TRE-SC para este fim e garantir, durante toda a vigência deste contrato, a sua atualização e manutenção;



1.2.30.1. A Contratada será responsável por prover todo o licenciamento dos *softwares* necessários à operação plena dos serviços e à gestão deste contrato, incluindo, entre outras, licenças de sistema operacional, de banco de dados, de *software* de gerenciamento, de *software* de bilhetagem, bem como de qualquer outro componente de *software* utilizado no sistema e pelos serviços;

1.2.30.2. Os *drivers*, equipamentos e *softwares* deverão ser previamente homologados pelo TRE-SC, de forma a garantir a compatibilidade e a obediência aos padrões utilizados pelo parque computacional da Justiça Eleitoral;

1.2.30.3. Deverá ser fornecido aos técnicos designados pelo TRE-SC o acesso irrestrito ao sistema de gerenciamento dos serviços;

1.2.31. O sistema de gestão deverá:

1.2.31.1. Ser compatível com o ambiente tecnológico do TRE-SC, não sendo aceitos, em hipótese nenhuma, quaisquer *softwares*, recursos ou tecnologias consideradas prejudiciais ao ambiente em produção ou à sua gestão pela equipe técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação;

1.2.31.2. **Ser instalado nas dependências da Sede do TRE-SC (modelo “on-premises”) pela Contratada**, incluindo todos os recursos de *hardware* e *software* devidamente licenciados e necessários ao pleno funcionamento do sistema;

1.2.31.2.1. **Não será aceita solução em nuvem ou sistema que utilize a Internet para acesso aos equipamentos, dados ou serviços;**

1.2.31.2.2. **O acesso ao sistema, e principalmente ao conteúdo impresso ou digitalizado, não deverá ser possível via Internet**, visto que os documentos fotocopiados, impressos e digitalizados são, na maioria das vezes, documentos que integram processos judiciais e administrativos, que requerem proteção quanto a acessos ou divulgações indevidas;

1.2.31.2.3. **Toda e qualquer configuração de recurso que utilize a Internet deverá ser inativada**, sem prejuízo ao pleno funcionamento dos serviços e requisitos contratados;

1.2.31.3. Ser, **preferencialmente**, compatível com plataforma SUSE *Linux Enterprise Server* 15 SP30 ou *OpenSUSE Leap* 15.3;

1.2.31.3.1. O TRE-SC poderá disponibilizar servidor virtual *Linux* para instalação do sistema da Contratada;

1.2.31.3.2. Caso o sistema disponibilizado pela Contratada utilize outra plataforma (p.e., *Microsoft Windows Server*), a Contratada deverá disponibilizar a devida licença do sistema operacional;

1.2.31.3.3. Caso o sistema exija a utilização de banco de dados, a Contratada o deverá fornecer em conjunto com o sistema, devidamente licenciado (se necessário), ou poderá utilizar a solução de banco de dados existente na instituição (*Oracle Database 19c Enterprise Edition*);

1.2.31.3.4. Caso seja necessária a realização de cópia de segurança dos dados (“*backup*”), a Contratada deve informar ao TRE-SC quais áreas de dados devem ser salvaguardadas;

1.2.31.4. Permitir o gerenciamento remoto dos equipamentos através da rede local do TRE-SC utilizando o protocolo TCP/IP, seguindo a política de segurança da informação vigente e **sem envio de dados a servidores externos à rede do TRE-SC**;

1.2.31.5. Permitir integração/autenticação com sistema de serviços de diretório, como *Microsoft Active Directory*;

1.2.31.6. Permitir configuração de níveis de acesso “Administrador” e “Usuário”;

1.2.31.7. Possuir recurso de redirecionamento dos trabalhos de impressão de uma impressora que esteja indisponível (*off-line*) para outra impressora ativa na rede, permitindo ao usuário optar para qual equipamento o trabalho deve ser encaminhado;

1.2.31.8. Considerar a contagem apenas de páginas efetivamente impressas, sem a tarificação da função de digitalização de documentos, e descartando as tarefas não executadas que forem enviadas à fila de impressão;

1.2.32. O sistema deverá possuir ainda, ao menos, as seguintes funcionalidades:



- a) inventário dos equipamentos em produção, informando o número de série do equipamento e a sua localização organizacional;
- b) verificação da situação do equipamento e da situação dos trabalhos de impressão;
- c) contabilização e geração de relatório com informações sobre a quantidade de páginas efetivamente impressas por equipamento, com distinção para impressões monocromáticas e policromáticas, entregue em formato de arquivo compatível para leitura pelo aplicativo *Microsoft Excel* ou em formato PDF (*Portable Document Format*).

CAPÍTULO VI. SUPRIMENTOS E LOGÍSTICA REVERSA

1.2.33. A Contratada deverá fornecer, durante a vigência do contrato e sempre que demandada, suprimentos e outros insumos consumíveis pelas impressoras (exceto papel), tais como toners, cartuchos, cilindros, reveladores, entre outros, novos e plenamente compatíveis com os equipamentos fornecidos, sem custo adicional em relação ao preço contratado;

1.2.34. Os suprimentos deverão ser originais do equipamento multifuncional ou similares plenamente compatíveis, novos e de primeiro uso, entregues lacrados e embalados. **Não será admitido o fornecimento de suprimentos remanufaturados, recondicionados ou recarregados;**

1.2.34.1. Caso constatada perda de qualidade de impressão em função da utilização de suprimentos de baixa qualidade, a Contratada deverá realizar a substituição do insumo por outro de qualidade similar ao original do equipamento, dentro dos prazos previstos no Capítulo VIII – Suporte e Assistência Técnica.

1.2.35. Para assegurar a ininterruptão dos serviços, a Contratada deverá fornecer *toners*/cartuchos às unidades usuárias do TRE-SC em quantidade suficiente para que **sempre sejam mantidos ao menos 1 (um) toner sobressalente (reserva) para cada equipamento em produção;**

1.2.35.1. Devem ser fornecidos *toners*/cartuchos de **cada cor** para os equipamentos multifuncionais policromáticos, de modo a evitar a paralisação de trabalhos de impressão/cópia coloridos;

1.2.35.2. Assim que aberto chamado pelo TRE-SC, **a Contratada deverá repor o suprimento reserva utilizado em um prazo de 5 (cinco) dias úteis** contados a partir da data da abertura do chamado, encaminhando-o diretamente ao endereço da unidade usuária (incluindo cartórios eleitorais) informado no chamado;

1.2.35.3. A eventual perda ou atraso no recebimento de suprimentos, encaminhados pelos Correios ou qualquer outra transportadora, que não chegarem ao seu destino (unidade usuária) não será objeto de justificativa da Contratada para eximir-se do compromisso de reposição no prazo estipulado na subcláusula anterior, devendo adotar, nesse caso, outros meios para concretizar a reposição demandada;

1.2.35.4. A critério da Contratada, e em comum acordo com o TRE-SC, poderá ser fornecida uma quantidade maior de suprimentos sobressalentes a algumas unidades usuárias com maior demanda de impressão, principalmente no período eleitoral, evitando possíveis atrasos e penalizações;

1.2.35.5. A falta de consumíveis como *toners*, cilindros e demais itens necessários ao correto e perfeito funcionamento dos equipamentos (exceto papel), em suas respectivas unidades, será considerada como indisponibilidade do equipamento;

1.2.36. O perfil de impressão da maior parte dos documentos a serem produzidos pelas multifuncionais monocromáticas pode ser considerado, na média, compatível com o percentual de 5% de cobertura de impressão utilizado pela norma ISO/IEC 19752/2017;

1.2.37. A substituição de *toners*, ensejada pelo uso normal dos equipamentos, será realizada pelos próprios usuários de forma proativa, sem que isso gere qualquer tipo ou forma de recusa da Contratada na continuidade da execução dos serviços, prestação de assistência técnica ou garantia dos equipamentos;

1.2.38. **A Contratada ficará responsável pelo devido recolhimento dos consumíveis usados, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos equipamentos, que deverão ser tratados de forma ambientalmente adequada, respeitadas as melhores práticas e a legislação ambiental vigente;**

1.2.38.1. A critério do Contratante, poderá ser designada equipe para acompanhar o processo de descarte ou reciclagem dos consumíveis e resíduos, de forma a verificar o cumprimento da legislação ambiental vigente.



CAPÍTULO VII. CAPACITAÇÃO DE USUÁRIOS FINAIS E TÉCNICOS

1.2.39. A Contratada, na ocasião das primeiras instalações na Secretaria de Tecnologia da Informação, segundo ordem a ser estabelecida pelo TRE-SC na reunião de alinhamento contratual nos termos da **subcláusula 3.2.1.1**, deverá:

1.2.39.1. **Instruir ao menos 5 (cinco) integrantes da equipe técnica de suporte a usuários N1 e N2 do TRE-SC**, transferindo conhecimento sobre, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Operação das principais funções e recursos dos equipamentos;
- Procedimentos de configuração de parâmetros básicos e avançados;
- Solução de defeitos comuns, como atolamento de papel;
- Procedimento de troca de suprimentos ou outros consumíveis;

1.2.39.2. **Instruir ao menos 3 (três) integrantes da equipe técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE/SC**, capacitando a equipe na operação do sistema de gerenciamento disponibilizado, incluindo os softwares de gerenciamento das impressoras e de contabilização das impressões (caso sejam sistemas distintos), bem como quaisquer outros componentes de software e hardware utilizados no sistema, demonstrando, no mínimo, os seguintes aspectos:

- Inventário do parque de equipamentos;
- Verificação da situação dos equipamentos e dos trabalhos de impressão;
- Alteração das configurações e diretrizes gerais dos serviços;
- Geração de relatório gerenciais, como relatório de contabilização das páginas impressas, com distinção para impressões monocromáticas e policromáticas;

1.2.40. A Contratada, na ocasião da instalação de cada impressora departamental, deverá:

1.2.40.1. **Instruir ao menos 2 (dois) usuários finais da unidade/setor** que estiverem presentes, sem limite de participação, quanto ao uso básico do equipamento, seus principais recursos e com instruções sobre, no mínimo:

- Operação das principais funções e recursos dos equipamentos;
- Troca do *toner*/cartucho de impressão e outros consumíveis;
- Alimentação de papel;
- Solução de defeitos comuns, como atolamento de papel;
- Verificação dos níveis dos consumíveis de impressão;
- Procedimento de cópia e de digitalização de documentos;
- Configuração de parâmetros básicos de impressão (*simplex/duplex*, resolução, formatos, etc.), bem como outras recomendações de uso relevantes ao bom uso dos equipamentos e de seus recursos;

CAPÍTULO VIII. SUPORTE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1.2.41. **A Contratada deverá prestar, durante a vigência deste contrato, manutenções preventivas periódicas e, sempre que demandada, manutenções corretivas para assistência técnica e operacional nos equipamentos instalados, incluindo os seus sistemas de gerenciamento disponibilizados, em relação a problemas, defeitos, falhas, perda de qualidade nos serviços ou dificuldades enfrentadas pelos usuários**, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

1.2.42. A assistência técnica inclui a execução de reparo de vícios, falhas ou defeitos eventualmente verificados nos equipamentos ou no serviço prestado, realizando inclusive a substituição de peças, partes, consumíveis ou quaisquer outros componentes, sem custo adicional ao Contratante, sempre que necessária ao adequado funcionamento do equipamento, à qualidade dos seus produtos finais e à perfeita prestação dos serviços de impressão, cópia e digitalização contratados, exceto quando comprovado mau uso, imperícia ou negligência dos usuários;

1.2.43. A Contratada deve fornecer peças de reposição durante todo o contrato, podendo ser utilizadas peças de tecnologia mais recente, de desempenho igual ou superior;



1.2.44. A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessário e dentro dos prazos previstos, incluindo a substituição de peças ou componentes do equipamento por desgaste ou quebra, e, ainda, sempre que surgir falha, defeito ou perda da qualidade nas funções de impressão, cópia e digitalização de documentos do equipamento;

1.2.45. Anualmente, a Contratada deverá realizar, no mínimo, 1 (uma) manutenção preventiva em cada equipamento, ou em prazo menor conforme recomendação do fabricante. Após a preventiva, deverá ser encaminhado à equipe de gestão do contrato uma cópia do relatório técnico de atendimento, com a assinatura de servidor do TRE-SC, comprovando o serviço realizado;

1.2.45.1. A Contratada é a única e exclusiva responsável pela manutenção preventiva dos equipamentos por ela instalados, sem ônus ao TRE-SC, devendo apresentar cronograma desses serviços para apreciação e autorização do Tribunal;

1.2.46. O atendimento de primeiro nível (N1) aos usuários poderá ser realizado por técnicos do TRE-SC, se disponíveis, que realizarão as verificações básicas acerca da alimentação, conectividade e outros problemas de menor complexidade, inclusive de troca de suprimentos;

1.2.47. **Se não houver sucesso no atendimento inicial realizado pelos técnicos do TRE-SC**, será aberto chamado na Contratada, que deverá executar todas as ações que se façam necessárias, incluindo a visita presencial no local da instalação, para o retorno do equipamento à operação normal;

1.2.47.1. A inexistência ou insucesso do primeiro atendimento realizado pelos técnicos do TRE-SC não podem ser alegadas como motivo para recusa da realização da manutenção corretiva e da correta execução deste contrato;

1.2.47.2. O atendimento de primeiro nível pelo TRE-SC não exime a responsabilidade da Contratada em colaborar com estas ações, bem como operacionalizar o equipamento que estiver com problemas nos prazos definidos neste contrato;

1.2.47.3. O eventual redirecionamento da fila de impressão para outros equipamentos multifuncionais disponíveis, embora possa ser utilizado como solução de contorno nas situações onde couber, não exclui o dever da Contratada em solucionar os chamados nos prazos definidos, não havendo suspensão da contagem do tempo de solução do chamado;

1.2.47.4. Todos os atendimentos a chamados serão acompanhados pela Central de Serviços de TI do TRE-SC, que ficará responsável pela verificação da solução do problema e autorização de fechamento do chamado;

1.2.48. A Contratada deverá disponibilizar atendimento para abertura de chamados técnicos dentro do horário comercial (8 horas diárias de segunda-feira a sexta-feira), durante o período de vigência deste contrato, devendo ser informados ao gestor do contrato, no mínimo, 1 (um) telefone fixo e 1 (um) endereço de correio eletrônico para a comunicação da ocorrência e abertura do chamado, podendo haver uso adicional de sistema de atendimento na *Internet* (portal *web*);

1.2.48.1. O sistema deverá informar, no ato da abertura do chamado, o número do protocolo de atendimento;

1.2.49. A Contratada deverá prestar as assistências técnicas presenciais no local onde está instalado o equipamento defeituoso, incluindo as unidades da Sede do TRE-SC em Florianópolis, bem como em qualquer um dos cartórios eleitorais existentes no Estado de Santa Catarina, sem qualquer ônus adicional ao Tribunal, realizando as ações necessárias ao restabelecimento do serviço e à solução do chamado, tais como as seguintes, mas não se limitando a estas:

- Manutenção corretiva para substituição de peças ou do próprio equipamento;
- Manutenção preventiva em anomalias percebidas;
- Configuração do serviço e reinstalação de *drivers* nos computadores (a critério e sob autorização e supervisão do TRE-SC);

1.2.49.1. Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade e as despesas pelo deslocamento de técnico(s) ao local do equipamento afetado, bem como pela sua retirada e/ou entrega, assim como por quaisquer outras despesas, tais como de transporte, frete e seguro correspondentes, eventualmente realizadas na prestação do suporte técnico presencial;



1.2.49.2. Caso os serviços de assistência técnica não possam ser executados nas dependências do TRE-SC, o equipamento avariado poderá ser removido para o Centro de Atendimento da Contratada, desde que haja disponibilização provisória de equipamento equivalente ou superior, até que sanado o defeito;

1.2.50. A assistência técnica compreende também a instalação e a configuração de equipamentos remanejados de locais originalmente instalados pela Contratada para outros endereços novos, devido a eventuais mudanças de endereço dos cartórios eleitorais;

1.2.50.1. No caso previsto acima, será de responsabilidade do TRE-SC a movimentação do equipamento para o novo endereço e abertura de chamado na Contratada, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, para agendamento da instalação e configuração da multifuncional na rede do novo local;

1.2.51. **A Contratada deverá substituir por outro em bom estado de funcionamento o equipamento identificado pelo seu número de série que, após o segundo conserto, apresentar o mesmo problema/defeito recorrente, devendo este ser retirado de produção do parque;**

PARA OS EQUIPAMENTOS MULTIFUNCIONAIS TIPO 1 (SEDE E CARTÓRIOS)

1.2.52. **A Contratada deverá realizar um primeiro atendimento ao chamado em um prazo de até 1 (um) dia útil** contado a partir da data da abertura do chamado, entrando em contato com a unidade usuária no horário de expediente do TRE-SC (12:00h às 19:00h) buscando informações sobre o defeito relatado e eventualmente solucionando remotamente a falha;

1.2.53. **A Contratada deverá solucionar o defeito apresentado em um prazo de até 4 (quatro) dias úteis** contados a partir da data da abertura do chamado, tornando o serviço completamente disponível e em conformidade com os padrões contratados, realizando os procedimentos no horário de expediente do TRE-SC (12:00h às 19:00h);

PARA OS EQUIPAMENTOS MULTIFUNCIONAIS TIPO 2 E TIPO 3 (REPROGRAFIA)

1.2.54. **A Contratada deverá solucionar o defeito apresentado em um prazo de até 4 (quatro) dias úteis** contados a partir da data da abertura do chamado, tornando o serviço completamente disponível e em conformidade com os padrões contratados, realizando os procedimentos no horário de expediente da Reprografia (08:00h às 19:00h);

1.2.54.1. **Excepcionalmente para a multifuncional Tipo 2, nos períodos abaixo indicados (fechamento do Cadastro Eleitoral e Eleições), a Contratada deverá solucionar o defeito apresentado em um prazo de até 2 (dois) dias úteis** contados a partir da data da abertura do chamado:

- No período de 10 (dias) dias compreendidos entre 157 (cento e cinquenta e sete) e 148 (cento e quarenta e oito) dias antes do 1º Turno das Eleições, que ocorre no primeiro domingo do mês de outubro nos anos pares (significando o período da semana anterior à data do fechamento do Cadastro Eleitoral ao segundo dia após o fechamento);
- No período de 7 (sete) dias compreendidos entre os 6 (seis) dias anteriores ao 1º Turno das Eleições e o dia do 1º Turno das Eleições, inclusive;
- No período de 7 (sete) dias compreendidos entre os 6 (seis) dias anteriores ao 2º Turno das Eleições (que ocorre no último domingo do mês de outubro nos anos pares) e o dia do 2º Turno das Eleições, inclusive.

PARA OS EQUIPAMENTOS MULTIFUNCIONAIS TIPO 3 (REPROGRAFIA)

1.2.55. **A Contratada deverá solucionar o defeito apresentado em um prazo de até 8 (oito) dias úteis** contados a partir da data da abertura do chamado, tornando o serviço completamente disponível e em conformidade com os padrões contratados, realizando os procedimentos no horário de expediente da Reprografia (08:00h às 19:00h).

PARÁGRAFO ÚNICO

O fornecimento dos equipamentos e dos materiais e a prestação dos serviços obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 063/2022, de __/__/__, além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em __/__/__, por meio do Sistema COMPRAS.GOV.BR, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO VALOR ESTIMADO MENSAL

2.1. O Contratante pagará à Contratada pelo fornecimento dos equipamentos e dos materiais e pela prestação dos serviços objeto deste Contrato:

2.1.1. referente à impressão **monocromática** em formato A4 **dentro da franquia**, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 120.000 (cento e vinte mil) unidades, o valor mensal de R\$ _____ (____);

2.1.2. referente à impressão **monocromática** em formato A4 **excedente à franquia**, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 80.000 (oitenta mil) unidades, o valor mensal de R\$ _____ (____);

2.1.3. referente à impressão **policromática** em formato A4 **dentro da franquia**, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 4.200 (quatro mil e duzentas) unidades, o valor mensal de R\$ _____ (____); e

2.1.4. referente à impressão **policromática** em formato A4 **excedente à franquia**, o valor unitário de R\$ _____ (_____), totalizando, as 2.800 (duas mil e oitocentas) unidades, o valor mensal de R\$ _____ (____).

2.2. O presente Contrato tem como valor estimado mensal a importância de R\$ _____ (_____), considerando-se o somatório dos valores mensais fixados na subcláusula 2.1.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

3.1. O presente Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura **até 31.10.2025**, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado por meio de Termos Aditivos, até o limite legal, nos termos do art. 57 da Lei n. 8.666/1993.

3.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

3.2.1. Com o objetivo de minimizar o risco de descontinuidade na prestação dos serviços, tanto no início quanto ao final deste contrato, ficam estabelecidas as seguintes fases de iniciação deste contrato, conforme as ações descritas a seguir:

3.2.1.1. A Contratada deverá implantar os serviços no prazo **máximo de 90 (noventa) dias corridos** contados do recebimento deste contrato assinado pelo representante do TRE-SC, segundo o cronograma a seguir:

Ordem	Ação
# 1	<p>FASE 1 - Em até 10 (dez) dias após o recebimento deste contrato assinado: reunião de alinhamento contratual com representantes do TRE-SC.</p> <p>A Contratada terá um prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento do contrato assinado pelo representante do TRE-SC, para promover e realizar reunião de alinhamento contratual com a equipe de gestão do contrato para, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">- Informar os nomes e contatos de colaboradores envolvidos na execução deste contrato e dos responsáveis por entregas, instalações, configurações e manutenções dos equipamentos;- Informar os meios de contato para abertura de chamados de fornecimento de suprimentos e de assistência técnica;- Apresentar as características detalhadas da solução para o sistema de gerenciamento a ser instalado, para homologação e autorização;- Alinhar, conjuntamente com a coordenação do TRE-SC, a sequência de locais a ser seguida durante o processo de instalação dos equipamentos, de acordo com ordem de prioridade definida pelo TRE-SC;- Esclarecer quaisquer outros assuntos de interesse do TRE-SC.



# 2	<p>FASE 2 – Em até 30 (trinta) dias após o recebimento deste contrato: implantação do Sistema de Gerenciamento no ambiente do TRE-SC e instalação dos equipamentos previstos para a Sede do Tribunal.</p> <p>A Contratada terá um prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a partir do recebimento deste contrato assinado, para término das providências relacionadas à entrega e instalação física dos 40 (quarenta) equipamentos a serem instalados nas unidades da Sede e dos 3 (três) equipamentos a serem instalados na Reprografia, incluindo configurações, testes, e implantação do sistema de gerenciamento no ambiente do TRE-SC, integração dos equipamentos com o sistema e capacitação de usuários e da equipe técnica de supervisão dos serviços.</p>
# 3	<p>FASE 3 – Em até 60 (sessenta) dias após o recebimento deste contrato: instalação da 1ª parte dos equipamentos dos cartórios eleitorais.</p> <p>A Contratada terá um prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, a partir do recebimento deste contrato assinado, para término das providências relacionadas à entrega e instalação física da primeira metade dos equipamentos (57 unidades) a serem instalados em cartórios eleitorais, incluindo configurações, testes e integração com o sistema de gerenciamento.</p>
# 4	<p>FASE 4 – Em até 90 (noventa) dias após o recebimento deste contrato: instalação da 2ª parte dos equipamentos dos cartórios eleitorais.</p> <p>A Contratada terá um prazo de até 90 (noventa) dias corridos, a partir do recebimento deste contrato assinado, para término das providências relacionadas à entrega e instalação física da segunda metade dos equipamentos (57 unidades) a serem instalados em cartórios eleitorais, incluindo configurações, testes e integração com o sistema de gerenciamento.</p>

3.2.2. As fases de iniciação contratual são consideradas como período de estabilização e ajuste, durante o qual os níveis de serviço serão utilizados apenas como referência, não sendo adotados para aplicação das glosas previstas, de modo a não comprometer a continuidade do processo de implantação dos serviços. No caso de prorrogação contratual, não haverá novo período de transição de inicialização;

3.2.3. Não haverá pagamento da franquia mensal enquanto da implantação dos serviços, sendo que a primeira franquia mensal a ser paga será a referente ao mês subsequente ao da conclusão da implantação completa dos serviços;

3.2.3.1. No mês da conclusão da implantação completa dos serviços, será paga franquia proporcional aos dias de efetiva disponibilização global dos serviços;

3.2.3.2. Os prazos definidos nas fases de iniciação deste contrato são os prazos máximos aceitáveis para a implantação dos serviços, podendo a Contratada adiantar a implantação das fases de iniciação estabelecidas, caso assim tenha condições de fazê-lo, desde que a implantação seja realizada conforme o plano acordado com os representantes do TRE-SC, de forma coordenada, correta e adequada aos requisitos exigidos;

3.2.3.3. A Contratada somente poderá dar início ao faturamento dos serviços após estar de posse do **Termo de Recebimento Definitivo**, que será expedido pelo Contratante após o término da implantação inicial do serviço;

3.2.3.4. A Contratada deverá notificar ao Contratante, via ofício, o término da implantação inicial e de disponibilidade do serviço contratado;

3.2.4. A critério da Administração do TRE-SC, poderá ser estabelecida, tempestivamente, fase de transição de encerramento contratual, sendo de, no máximo, 3 (três) meses anteriores à data de fim da vigência do contrato improrrogável, na qual a Contratada deverá seguir plano de transição estabelecido pelo TRE-SC, que definirá o cronograma de desinstalação e recolhimento, pela Contratada, das multifuncionais disponibilizadas e a desmobilização gradual dos serviços, permitindo que o TRE-SC estabeleça rotina de substituição dos equipamentos por outros, próprios ou contratados, a fim de evitar a descontinuidade nos serviços de impressão ou prejuízo à execução do novo contrato;



3.2.5. Os serviços de impressão deverão ser prestados de forma contínua, durante toda a vigência deste contrato, nas unidades orgânicas do TRE-SC, conforme os locais constantes do Anexo I deste Contrato;

3.2.6. **Mensalmente**, a Contratada deverá apurar a produção do mês, gerando e apresentando à gestão do contrato, **até o quinto dia útil do mês subsequente à prestação do serviço**, o relatório de volumetria de produção de impressões/cópias realizadas no mês, por equipamento e por tipo de impressão (se houver mais de um tipo cromático), para fins de apuração do saldo mensal e cálculo do valor total a ser pago pelo serviço no respectivo mês, deduzidos os eventuais descontos oriundos da aplicação dos critérios estabelecidos na subcláusula 3.2.8;

3.2.6.1. Caso não seja possível a apuração automatizada da produção para fechamento do saldo mensal devido a qualquer indisponibilidade técnica que afete o sistema de gerenciamento remoto, a Contratada deverá disponibilizar sistema alternativo temporário em tempo hábil ou realizar todos os procedimentos necessários à coleta individual das informações de cada equipamento e à apresentação do relatório de volumetria à gestão do contrato;

3.2.6.2. Não será permitida a tarifação da função de digitalização de documentos;

3.2.7. Caso seja constatado, a cada análise semestral, que o volume realizado/produzido seja muito inferior ou superior ao volume da franquia estipulada para o semestre, o TRE-SC poderá reavaliar o redimensionamento deste contrato. Se essa diferença for recorrente, proveniente de uma tendência de baixa ou mudança no perfil do consumo, o órgão deve aditar o contrato visando consolidar esta mudança, de modo que não ocorra de forma reiterada o pagamento por páginas não produzidas, devendo ainda serem observados os limites estabelecidos no art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

3.2.8. O gestor do contrato, seu substituto ou superior imediato, acompanhará o cumprimento, pela Contratada, dos prazos de atendimento e de solução a chamados estabelecidos neste Contrato, sendo considerada a seguinte tabela de classificação de penalidades, de acordo com os fatos constatados nos serviços prestados pela Contratada:

#	Infração	Classificação
1	Deixar de repor suprimentos no prazo estabelecido.	Leve
2	Deixar de realizar as manutenções preventivas no prazo estabelecido.	Leve
3	Deixar de solucionar problema/defeito no prazo estabelecido.	Média
4	Deixar de substituir equipamento com defeito recorrente no prazo estabelecido.	Grave
5	Deixar de implantar os serviços no prazo estabelecido.	Grave
6	Nos dias anteriores à Eleição, deixar de solucionar problema/defeito no prazo estabelecido.	Grave

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

4.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, **desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa**.

5.1.1. Caberá ao servidor titular da chefia da Seção de Apoio Administrativo, ou seu substituto, ou seu superior imediato, efetuar o recebimento provisório e definitivo dos serviços contratados.



5.1.2. O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços.

5.1.3. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

5.1.4. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

5.1.5. O pagamento será devido a partir da data de início da prestação dos serviços.

5.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRE-SC efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRE-SC os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

5.5. Se ocorrer atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = 6/100/365 (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

I = 0,0001644.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0042 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa: 3.3.90.40, Elemento de Despesa: Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ, Subitem 16 - *Outsourcing* de Impressão.

6.1.1. Os créditos e respectivos empenhos relativos aos exercícios subsequentes serão registrados mediante apostilamento.



CLÁUSULA SÉTIMA - DO EMPENHO DA DESPESA

7.1. Para atender as despesas do exercício em curso, foi emitida a Nota de Empenho n. 2022NE000_____, em ____/____/2022, no valor de R\$ _____ (_____).

7.1.1. As parcelas de despesas a serem executadas em exercício futuro serão cobertas por créditos orçamentários e notas de empenho emitidas em época própria.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O Contratante se obriga a:

8.1.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nas Cláusulas Segunda e Quinta deste Contrato;

8.1.2. promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Apoio Administrativo do TRE-SC, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a gestão deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

8.1.3. efetuar o recebimento definitivo no prazo fixado na subcláusula 5.1.3.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada ficará obrigada a:

9.1.1. fornecer o objeto proposto nas condições estipuladas na proposta e no Projeto Básico / Termo de Referência;

9.1.2. disponibilizar, instalar e configurar os equipamentos multifuncionais que darão suporte aos serviços, nos locais relacionados no Anexo I - Locais de Instalação e Prestação dos Serviços - deste Contrato, conforme as quantidades e os tipos definidos, e de acordo com as especificações contidas no Capítulo IV da subcláusula 1.2, iniciando a prestação dos serviços dentro dos prazos de entrega, implantação e iniciação contratual definidos na subcláusula 3.2;

9.1.2.1. comprovar, no momento da entrega do objeto, se for o caso, a origem do produto importado e a quitação dos tributos de importação a ela referentes, sob pena de rescisão contratual e multa;

9.1.3. substituir, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** contados a partir do recebimento da notificação emitida pelo TRE-SC, produto que suporta os serviços a serem prestados, no qual no ato da entrega seja constatada qualquer irregularidade;

9.1.3.1. estando em mora a Contratada, o prazo para substituição de que trata o subitem 9.1.3 não interromperá a multa por atraso prevista na subcláusula 10.5;

9.1.3.2. em caso de substituição de produto(s), correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;

9.1.4. disponibilizar e manter sistema de gerenciamento dos equipamentos instalados e de contabilização das impressões produzidas, conforme as especificações contidas no Capítulo V da subcláusula 1.2;

9.1.5. fornecer, durante toda a vigência deste contrato, os insumos consumíveis (exceto papel) demandados pelas unidades usuárias dos serviços, incluindo *toners*, cartuchos, cilindros e quaisquer outros suprimentos, necessários ao funcionamento pleno dos equipamentos e dos serviços contratados, conforme as especificações contidas no Capítulo VI da subcláusula 1.2;

9.1.6. realizar, no ato da implantação do serviço e em cada local instalado, a capacitação de um número mínimo de usuários finais na operação básica dos equipamentos e de seus recursos, bem como da equipe técnica da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRE-SC na supervisão e operação do sistema de gerenciamento dos equipamentos e de contabilização das impressões, conforme as especificações contidas no Capítulo VII da subcláusula 1.2;

9.1.7. prestar suporte e assistência técnica, remota e local, para a resolução de problemas e realização de procedimentos de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos e sistemas



disponibilizados, incluindo o fornecimento das peças e materiais necessários às manutenções, conforme as especificações contidas no Capítulo VIII da subcláusula 1.2;

9.1.8. manter seus funcionários, quando em serviço nas dependências do TRE-SC, devidamente identificados por crachá, devendo responder por quaisquer danos, quando estes tenham sido ocasionados por seus funcionários durante a prestação dos serviços;

9.1.9. responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência da execução do objeto contratado, bem como pelos custos relativos ao deslocamento e estada de seus profissionais, caso existam;

9.1.10. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto deste contrato;

9.1.11. manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer dado pessoal de usuários ou de terceiros a que tiver acesso em razão da execução dos serviços de assistência técnica, executando o objeto em estreita observância dos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

9.1.12. observar o estabelecido na Lei n. 12.305/2010, especialmente no que diz respeito a implementação de sistema de logística reversa;

9.1.13. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências do TRE-SC;

9.1.14. não ter em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, VI, da Resolução CNJ n. 7/2005);

9.1.15. não ter, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993;

9.1.16. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC; e

9.1.17. manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 063/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e neste Contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) causar o atraso na execução do objeto;
- c) falhar na execução do contrato;
- d) fraudar a execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) declarar informações falsas; e
- g) cometer fraude fiscal.

10.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;



c) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

d) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

e) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

f) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

10.1.2. As sanções previstas na subcláusula 10.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

10.1.3. A pena prevista na alínea “b” da subcláusula 10.1.1 poderá ser reduzida em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

10.1.4. Quando a ação ou omissão da Contratada ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

10.2. Para os casos não previstos na subcláusula 10.1, se a Contratada descumprir as condições deste Contrato, ficará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

10.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

10.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

10.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do Contrato;

10.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do Contrato;

10.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE-SC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

10.2.1.5. Em caso de reincidência em período inferior a três meses, a infração será classificada em nível imediatamente superior à anterior;

10.2.2. Nos termos do Projeto Básico / Termo de Referência do Pregão n. 063/2022, são situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento deste Contrato, para fins de aplicação de penalidades:

#	Infração	Classificação
1	Deixar de repor suprimentos no prazo estabelecido.	Leve
2	Deixar de realizar as manutenções preventivas no prazo estabelecido.	Leve
3	Deixar de solucionar problema/defeito no prazo estabelecido.	Média
4	Deixar de substituir equipamento com defeito recorrente no prazo estabelecido.	Grave
5	Deixar de implantar os serviços no prazo estabelecido.	Grave
6	Nos dias anteriores à Eleição, deixar de solucionar problema/defeito no prazo estabelecido.	Grave

10.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial sem rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal estimado deste contrato;

b) no caso de inexecução parcial com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência deste contrato, a contar do mês do inadimplemento;

c) no caso de inexecução total com rescisão contratual, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total deste contrato;



d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.4. As sanções estabelecidas na subcláusula 10.1 e na alínea “d” da subcláusula 10.3 são de competência do Presidente do TRE-SC.

10.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado no início da execução do objeto deste Contrato, bem como em eventuais substituições de produtos ou em refazimento de serviços, sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre valor estimado mensal contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

10.5.1. Os atrasos de que trata a subcláusula 10.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do Contrato.

10.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.

10.6. Da decisão que aplicar a penalidade prevista na alínea “d” da subcláusula 10.3, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da intimação do ato.

10.7. O prazo para a apresentação de defesa prévia, quanto à aplicação das demais penalidades, será de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação.

10.7.1. Transcorrido *in albis* o prazo para a apresentação de defesa prévia ou após a apresentação da defesa prévia, a autoridade competente, se for o caso, aplicará a respectiva penalidade e estabelecerá prazo de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, contado do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação.

10.7.2. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-los ao Diretor-Geral, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida em 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

10.7.3. Com a decisão do recurso ou do pedido de reconsideração referente à penalidade prevista na alínea “d” da subcláusula 10.3 exaure-se a esfera administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

11.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa, nos termos das alíneas “b” ou “c” da subcláusula 10.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas na subcláusula 10.2.1.4 e na alínea “d” da subcláusula 10.3.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

12.1. É vedado às partes a utilização, para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

12.2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo se decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

12.3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.



12.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o Contratante, em razão da execução do serviço objeto deste Contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes e/ou empregados da Contratada, tais como número do CPF e do RG e endereços eletrônico e residencial, os quais receberão tratamento conforme a legislação, para o cumprimento das atribuições do Contratante.

12.5. A Contratada declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo Contratante.

12.6. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente relacionado a acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

12.7. A Contratada é responsável, no término do presente contrato, pela devolução dos dados ao Contratante ou pela sua eliminação, quando for o caso, não devendo armazená-los ou repassá-los a terceiros, salvo nas hipóteses de obrigação legal ou contratualmente previstas, devendo, em todo caso, observar os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados.

12.8. Quando for caso de eliminação dos dados, a Contratada deverá informar ao Contratante a realização do procedimento e a metodologia empregada, para confirmar a destinação das informações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes abaixo, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, ____ de _____ de 2022.

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____



ANEXO I DO CONTRATO

LOCAIS DE INSTALAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Quadro de distribuição dos equipamentos multifuncionais Tipo 1:

Local	Impressoras Tipo 1
ZONAS ELEITORAIS - Total	114
001 ZE - ARARANGUÁ	1
002 ZE - BIGUAÇU	1
003 ZE - BLUMENAU	1
003 ZE E 088 ZE - CAE - BLUMENAU	1
004 ZE - BOM RETIRO	1
005 ZE - BRUSQUE	1
005 ZE E 086 ZE - BRUSQUE - CAE	1
006 ZE - CAÇADOR	1
007 ZE - CAMPOS NOVOS	1
008 ZE - CANOINHAS	1
009 ZE - CONCÓRDIA	1
009 ZE, 090 ZE - CONCÓRDIA - CAE	1
010 ZE - CRICIÚMA	1
010 ZE, 092 ZE E 098 ZE - CRICIÚMA - CAE	1
011 ZE - CURITIBANOS	1
012 ZE - FLORIANÓPOLIS	1
012 ZE, 13 ZE E 100 ZE - FPOLIS - CAE	1
013 ZE - FLORIANÓPOLIS	1
014 ZE - IBIRAMA	1
015 ZE - INDAIAL	1
016 ZE - ITAJAÍ	1
016 ZE, 097 ZE - ITAJAÍ - CAE	1
017 ZE - JARAGUÁ DO SUL	1
017 ZE E 087 ZE - JARAGUÁ DO SUL - CAE	1
018 ZE - JOAÇABA	1
018 ZE, 085 ZE - JOAÇABA - CAE	1
019 ZE - JOINVILLE	1
019 ZE, 076 ZE, 095 ZE, 096 ZE E 105 ZE - JOINVILLE - CAE	1
020 ZE - LAGUNA	1
021 ZE - LAGES	1
021 ZE, 093 ZE E 104 ZE - LAGES - CAE	1
022 ZE - MAFRA	1
023 ZE - ORLEANS	1



024 ZE - PALHOÇA	1
025 ZE - PORTO UNIÃO	1
026 ZE - RIO DO SUL	1
026 ZE E 102 ZE - RIO DO SUL - CAE	1
027 ZE - SÃO FRANCISCO DO SUL	1
028 ZE - SÃO JOAQUIM	1
029 ZE - SÃO JOSÉ	1
029 ZE E 084 ZE - SÃO JOSÉ - CAE	1
030 ZE - SÃO BENTO DO SUL	1
031 ZE - TIJUCAS	1
032 ZE - TIMBÓ	1
033 ZE - TUBARÃO	1
033 ZE E 099 ZE - TUBARÃO - CAE	1
034 ZE - URUSSANGA	1
035 ZE - CHAPECÓ	1
035 ZE E 094 ZE - CHAPECÓ - CAE	1
036 ZE - VIDEIRA	1
037 ZE - CAPINZAL	1
038 ZE - ITAIÓPOLIS	1
039 ZE - ITUPORANGA	1
041 ZE - PALMITOS	1
042 ZE - TURVO	1
043 ZE - XANXERÊ	1
044 ZE - BRAÇO DO NORTE	1
045 ZE E 082 ZE - SÃO MIGUEL DO OESTE - CAE	2
046 ZE - TAIÓ	1
047 ZE - TANGARÁ	1
048 ZE - XAXIM	1
049 ZE - SÃO LOURENÇO DO OESTE	1
050 ZE - DIONÍSIO CERQUEIRA	1
051 ZE - SANTA CECÍLIA	1
052 ZE - ANITA GARIBALDI	1
053 ZE - SÃO JOÃO BATISTA	1
054 ZE - SOMBRIÓ	1
055 ZE - POMERODE	1
056 ZE - BALNEÁRIO CAMBORIÚ	1
056 ZE E 103 ZE - BALNEÁRIO CAMBORIÚ - CAE	1
057 ZE - TROMBUDO CENTRAL	1
058 ZE - MARAVILHA	1
060 ZE - GUARAMIRIM	1
061 ZE - SEARA	1



062 ZE - IMARUÍ	1
063 ZE - PONTE SERRADA	1
064 ZE - GASPAR	1
065 ZE - ITAPIRANGA	1
066 ZE - PINHALZINHO	1
067 ZE - SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	1
068 ZE - BALNEÁRIO PIÇARRAS	1
069 ZE - CAMPO ERÊ	1
070 ZE - SÃO CARLOS	1
071 ZE - ABELARDO LUZ	1
073 ZE - IMBITUBA	1
074 ZE - RIO NEGRINHO	1
076 ZE - JOINVILLE	1
077 ZE - FRAIBURGO	1
078 ZE - QUILOMBO	1
079 ZE - IÇARA	1
081 ZE - PAPANDUVA	1
083 ZE - MODELO	1
084 ZE - SÃO JOSÉ	1
085 ZE - JOAÇABA	1
086 ZE - BRUSQUE	1
087 ZE - JARAGUÁ DO SUL	1
088 ZE - BLUMENAU	1
090 ZE - CONCÓRDIA	1
091 ZE - ITAPEMA	1
092 ZE - CRICIÚMA	1
093 ZE - LAGES	1
094 ZE - CHAPECÓ	1
095 ZE - JOINVILLE	1
096 ZE - JOINVILLE	1
097 ZE - ITAJAÍ	1
098 ZE - CRICIÚMA	1
099 ZE - TUBARÃO	1
100 ZE - FLORIANÓPOLIS	1
102 ZE - RIO DO SUL	1
103 ZE - BALNEÁRIO CAMBORIÚ	1
104 ZE - LAGES	1
105 ZE - JOINVILLE	1
106 ZE - NAVEGANTES	1
UNIDADES DA SEDE	40
CRE/CRECAD - COORD. DE GESTÃO DO CADASTRO ELEITORAL	1



DG - ASSESSORIA ESPECIAL PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ELEIÇÕES	1
DG - ASSESSORIA JURÍDICA DE RECURSOS HUMANOS	1
DG - COORDENADORIA DE JULGAMENTO DE LICITAÇÕES	1
DG - DIREÇÃO-GERAL	1
PRES/ASCOM - ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	1
PRES/ASSJUR - ASSESSORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA	1
PRES/EJESC - ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL	1
PRES/EJESC - LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	1
PRES/EJESC – TCU (RUA SÃO FRANCISCO)	1
PRES/SCI - SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA	1
PRESIDÊNCIA	1
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL	1
SAO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO	1
SAO/CCM - ALMOXARIFADO - DEPÓSITO	1
SAO/CCM - COORD. DE CONTRATAÇÕES E MATERIAIS	1
SAO/CIS - COORD. DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS	1
SAO/CIS - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE EQUIP. E MÓVEIS	1
SAO/CIS - SEÇÃO DE SEGURANÇA E TRANSPORTE	1
SAO/CIS - SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	1
SAO/COFIC - SEÇÃO PREPARAÇÃO PAGTO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA	1
SCRE - SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL	1
SGP - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS	1
SGP/CDO - COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	1
SGP/COPAG - COORD. DE PAGAMENTO E DE LEGISLAÇÃO	1
SGP/CP - COORDENADORIA DE PESSOAL	1
SGP/CP - SEÇÃO DE REGISTROS FUNCIONAIS	1
SGP/CP - SEÇÃO DE SAÚDE	1
SJ/CAP - COORDENADORIA DE APOIO AO PLENO	1
SJ/CAP - SALA DE SESSÕES E CONSELHO	1
SJ/CAP - SEÇÃO DE PREPARAÇÃO, ACOMP. E REG. SESSÕES PLENÁRIAS	1
SJ/CGI - COORD. DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO	1
SJ/CGI - PROTOCOLO	1
SJ/CGI - SEÇÃO DE ARQUIVO	1
SJ/CRIP - COORD. DE REGISTRO E INF. PROCESSUAIS	1
STI - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1
STI/CE - COORD. DE ELEIÇÕES	1
STI/CE - GABINETE DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE URNAS	1
STI/CSC - COORD. DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS	1
STI/CSIT - SEÇÃO DE GESTÃO DE ATIVOS DE TI	1
TOTAL GERAL	154

QUANTO AOS EQUIPAMENTOS DE ZONAS ELEITORAIS:



Os endereços detalhados de cada cartório eleitoral serão repassados oportunamente pelo Gestor da Contratação à empresa Contratada.

QUANTO AOS EQUIPAMENTOS DE UNIDADES DA SEDE DO TRE-SC:

A maior parte dos equipamentos será instalada no prédio Sede e no prédio Anexo I do TRE-SC, ambos situados à Rua Esteves Júnior, números 68 e 80, respectivamente, no Centro de Florianópolis/SC. Porém, há unidades consideradas como pertencentes à Sede do TRE-SC, mas localizadas em outros endereços. São elas:

- PRES/EJESC - ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL: Rua São Francisco, 234, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-140.

- SAO/CCM - ALMOXARIFADO - DEPÓSITO: Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC, CEP 88.130-000.

- STI/CE - GABINETE DA SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE URNAS: Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, Palhoça/SC, CEP 88.130-000.

- SGP/CP - SEÇÃO DE SAÚDE: Rua Esteves Júnior, 157, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.015-130.

- SJ/CGI - SEÇÃO DE ARQUIVO: Av. Beira-Mar de São José, Esquina Rua Luiz Fagundes, Praia Comprida, São José/SC, CEP 88.103-500.

Quadro de distribuição dos equipamentos multifuncionais Tipo 2 e Tipo 3:

Local	Equipamento Tipo 2 - Multifuncional Monocromática A4	Equipamento Tipo 3 – Multifuncional Policromática A3
SAO/CIS – REPROGRAFIA (SEDE DO TRE-SC/FLORIANÓPOLIS/SC)	1	2



ANEXO II DO CONTRATO

PLANILHA DE COMPENSAÇÃO SEMESTRAL

PLANILHA MODELO PARA COMPENSAÇÃO DE FRANQUIA DE OUTSOURCING DE IMPRESSÃO - Compensação Semestral

*Campos a serem preenchidos estão na cor branca

Franquia mensal de páginas:							
Valor fixo da franquia mensal:							
Valor da impressão excedente:							
	Franquia Mensal	Produzido	Valor Franquia	Valor Excedente	Valor mensal		
Mês 1	0		R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Mês 2	0		R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Mês 3	0		R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Mês 4	0		R\$ -	R\$ -	R\$ -		
Mês 5	0		R\$ -	R\$ -	R\$ -	Redução	Novo Valor Pag
Mês 6	0		R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Total	0	0	R\$ -	R\$ -	TOTAL A SER PAGO		R\$ -
Delta Excedente (Σ P - Σ F):		0					
Valor Delta Excedente :		R\$ -					

$\sum F$	Somatório das Franquias Mensais (em páginas)	
$\sum P$	Somatório das páginas produzidas no semestre (em páginas)	
$\sum VE$	Somatório Valor Excedente (R\$)	
ΔExc	Delta Excedente (páginas)	$\Delta Exc = \sum P - \sum F$ (diferença entre o somatório produzido e o somatório das franquias mensais no semestre)
Valor ΔExc	Valor Delta Excedente (R\$)	Valor $\Delta Exc = \Delta Exc * \text{Valor Unitário Excedente}$
Redução	Valor da Redução (R\$)	Valor da Redução = $\sum VE - \text{Valor Delta Excedente}$
Novo Valor Pago (R\$)		Novo Valor Pago = Valor mensal do último mês da apuração semestral - Valor da Redução



PREGÃO N. 063/2022

ANEXO I

RELAÇÃO DE ITENS

LOTE ÚNICO	ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	VOLUME MENSAL	TOTAL DE MESES
	1	Impressão A4 Monocromática (dentro da franquía)	120.000	48
	2	Impressão A4 Monocromática (excedente à franquía)	80.000	48
	3	Impressão A4 Policromática (dentro da franquía)	4.200	48
	4	Impressão A4 Policromática (excedente à franquía)	2.800	48

Observações: 1) cada impressão A3 será contabilizada como duas impressões A4; 2) demais especificações conforme Projeto Básico / Termo de Referência.

